

universidade

**pública**

Ano VII - Nº 36 - março/abril - 2007

IMPRESSO

# Sob pressão

Pesquisadores cearenses discutem o aquecimento global e seus efeitos em nossas vidas

Ícaro Moreira e Jesualdo Farias, eleitos para a reitoria da UFC, falam sobre os planos para a Instituição



# Tá na hora de dar um presente à cidade do seu coração.

Nossa cidade espera que você cuide bem dos seus espaços. Nossas ruas esperam que você não jogue lixo fora das lixeiras, nossas árvores esperam que você respeite a natureza. Isso significa cuidar não só de si mesmo, mas também das pessoas de quem você gosta. Espalhe esse sentimento de proteção e carinho e construa um lugar melhor pra viver. Começando pela sua rua, passando pelas escolas e chegando até o coração da cidade. Em abril, Fortaleza faz 281 anos e espera um presente especial dos seus cidadãos: amor e cuidado.

  
**Amor por Fortaleza**  
multiplique esse sentimento

  
Prefeitura de  
**Fortaleza**





A Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura – FCPC atua na geração e difusão do saber e da ciência e da tecnologia no Ceará, investindo seus esforços na captação e aplicação de recursos em projetos de pesquisa, ensino e extensão da Universidade Federal do Ceará.

Em 2007, a FCPC reafirma o seu compromisso com o desenvolvimento econômico, sustentável e incluyente do Ceará, direcionando suas ações para a construção de um futuro melhor e mais promissor.



**Reitor Pro Tempore**  
Prof. Luís Carlos Saunders

**Para falar com a UFC**  
**Reitoria**

Av. da Universidade, 2853  
60020-181 - Fortaleza - CE  
Fone: (85) 3366.3011 - Fax: (85) 3366.7313  
**Internet:** www.ufc.br  
**E-mail:** reitor@ufc.br

**Coord. de Comunicação Social**  
Fone/Fax: (85) 3366.7330  
E-mail: [ufcinforma@yahoo.com.br](mailto:ufcinforma@yahoo.com.br)  
**Coord. de Marketing Institucional**  
Fone: (85) 3366.7319

**Revista Universidade Pública**  
Av. da Universidade, 2910  
Benfica - Fortaleza - Ceará  
**CEP:** 60020-181  
**Fone/Fax:** (85) 3366.7319  
[universidadepublica@uol.com.br](mailto:universidadepublica@uol.com.br)

**Editora**

Ana Rita Fonteles  
CE01169JP

**Reportagens**

Ana Rita Fonteles  
CE01169JP

Ana Cesaltina  
Raimundo Madeira  
CE01221JP

**Fotos**

Júnior Panella  
CE00100RF

**Estagiário de Fotografia da UP**

Davi Pinheiro

**Projeto Gráfico**

Alfredo Júnior  
[junioralfredo@gmail.com](mailto:junioralfredo@gmail.com)

**Tiragem**

5.000 exemplares

**Periodicidade**

Bimestral

**CTP e impressão**

Expressão Gráfica



**Nossa Capa**

Foto de Júnior  
Panella

## Novos rumos

A UFC concluiu, no fim de março, mais um processo de consulta eleitoral para a escolha de seu novo reitor. A campanha envolveu professores, estudantes e servidores técnico-administrativos que, apesar de questionarem os percentuais de peso dos votos para as diferentes categorias, participaram ativamente do pleito, mostrando a preocupação com o futuro da maior e melhor universidade cearense. Com 76% dos votos ponderados, venceu o professor do Departamento de Química Inorgânica, Ícaro Moreira, ex-vice-reitor da gestão René Barreira. Seu vice é o atual diretor do Centro de Tecnologia, Jesualdo Farias.

E se o leitor de UP não pôde acompanhar a divulgação dos programas de campanha e dos conteúdos do debate eleitoral, devido à nossa periodicidade bimestral, em primeira mão vai conhecer um pouco mais das idéias dos futuros gestores da Universidade Federal do Ceará. Nessa edição, quebramos o protocolo e entrevistamos conjuntamente reitor e vice-reitor eleitos. O bate-papo, realizado logo após a eleição, revela as prioridades e formas de ação que caracterizarão a relação da reitoria com a comunidade universitária nos próximos quatro anos.

A hora, realmente, é de aprofundar questões e temáticas na ordem do dia. Por isso, nossa matéria especial é dedicada ao problema do aquecimento global. A reportagem de Raimundo Madeira mostra o olhar de pesquisadores cearenses, com base em estudos recentes, sobre os efeitos locais e as especificidades das agressões ao meio ambiente, em nossa região, que estão contribuindo para manter a Terra sob pressão.

Noutra matéria especial, você vai conhecer, detalhadamente, o cotidiano daqueles que estão se especializando na profissão médica, através do programa de residências médicas. Como funciona esse programa em nosso Estado? Qual o campo de formação para esses profissionais quase completos? O que está sendo feito para melhorar essa formação? Essas são algumas das questões respondidas por Ana Cesaltina em sua reportagem. Ela também assina matéria sobre a história do Frei Tito de Alencar. O cearense, símbolo da resistência à ditadura militar, é o personagem escolhido para lembrarmos os 43 anos do Golpe Militar de 1964, que perseguiu, calou e matou milhares de brasileiros em sua luta pela liberdade. O martírio do Frei virou filme e deverá ser exibido, em Fortaleza, no mês de abril.

A realidade do mercado de trabalho para aqueles que chegaram ao topo da formação acadêmica – o doutorado – é tema de matéria. A absorção desses profissionais pelas universidades públicas e privadas, a espera pelos concursos e as possibilidades oferecidas pelo Governo Federal, para quem ainda não está estabelecido, são algumas das informações oferecidas. Livros, projetos de extensão e novidades na remodelação da infra-estrutura de equipamentos da UFC completam nosso índice. Lembramos a todos que Universidade Pública também é construída com base em suas sugestões, críticas, comentários, via e-mail. Esperamos contar com sua colaboração.

Um abraço e boa leitura

Ana Rita Fonteles  
Editora UP



## 07 Novos gestores

Os professores Ícaro Moreira e Jesualdo Farias, vencedores da consulta eleitoral para reitor e vice-reitor, respectivamente, da UFC, falam sobre seus planos para a Instituição

## 12 No escurinho do cinema

Casa Amarela inaugura sala de cinema para formação de platéia e exibição de filmes alternativos

## 20 O lugar da sanfona

Livro revela o universo de velhos sanfoneiros



## 28 Para lembrar Frei Tito

Filme, livros e pesquisa resgatam a história do religioso cearense que se tornou símbolo da resistência à ditadura no Brasil

## 36 E depois do doutorado?

Jovens pesquisadores narram seus percursos em busca de um lugar no mercado de trabalho e na academia, após o doutorado

## 22 O planeta sob pressão

Pesquisadores cearenses discutem o aquecimento local com foco em nossa região



# “A UFC está vivíssima”

Modernização da gestão. É sobre esse eixo que se apóia o plano de ação dos professores Ícaro Moreira e Jesualdo Farias, eleitos com 76% dos votos ponderados, no último dia 28 de março, como reitor e vice-reitor da UFC, respectivamente. À comunidade universitária eles prometem uma gestão mais “acadêmica” e menos “política”, com descentralização das ações e foco no planejamento, enquanto aguardam a confirmação do resultado da consulta eleitoral pelo presidente Lula. Só após esse trâmite é que será marcada a data da posse.

Pesquisadores de ponta da Instituição, eles anunciam a concentração dos esforços de investimento na recuperação do ensino de graduação, pelo menos durante os dois primeiros anos da gestão, e um trabalho conjunto para melhorar os conceitos dos programas de pós-graduação da UFC. A cultura da captação de recursos e concorrência em editais e projetos das instituições de fomento também deverá ser estimulada, em todas as áreas do conhecimento, assim como o estreitamento das relações com os governos federal, estadual e municipais.

Os próximos gestores também prometem fazer a UFC mostrar mais a sua cara, ampliando o conceito de extensão e investindo nas políticas de marketing institucional. A meta é transformar a Universidade na melhor do Nordeste, contrariando o discurso do sucateamento que prega a morte da Instituição em artigos de jornal. “A UFC está vivíssima, mais do que nunca”, lembra o futuro reitor, Ícaro Moreira. (Por Ana Rita Fonteles)

**Universidade Pública – Acabamos de sair de um processo eleitoral concorrido em termos de exposição de idéias, de debate. Eram dois concorrentes que vinham de uma mesma gestão. Onde vocês acham que ganharam a comunidade universitária, já que venceram nos três segmentos?**

**Ícaro Moreira** – Nosso projeto sempre foi pautado pela busca da modernização da gestão. Na reforma universitária de 1968, que é a vigente, a liberdade acadêmica foi oferecida - apesar de ter sido num momento autoritário - mas, ao mesmo tempo, a reforma ofereceu a possibilidade de as administrações das universidades centralizarem a gestão. E isso foi exercido por nossa Instituição e por todas as outras federais. Foram se centralizando os procedimentos administrativos e também os orçamentos e a universidade ficou engessada. Temos processos de matrícula, orçamento e decisões supercentralizados e os departamentos, unidades primeiras





Jesualdo Farias

de gestão de patrimônio e de pessoal, nunca exerceram essa função. Nossa proposta forte e um dos eixos a modernização é a prática de orçamento descentralizado, envolvendo a participação, no planejamento, das unidades departamentais, coordenações de curso de graduação e pós-graduação, e órgãos suplementares. A Universidade precisa iniciar um processo de planejamento. O outro grande eixo é a busca da excelência em todas as atividades acadêmicas. E o foco maior vai para os cursos de graduação. A graduação têm sido negligenciada, até mesmo pelo surgimento de atividades como a pesquisa que não é tão antiga na universidade. Involuntariamente, nós, docentes das universidades, fomos incorporando uma inverdade: que o ensino de pós-graduação e as atividades de pesquisa eram mais nobres. E há uma observação nacional de que os cursos de graduação precisam de atenção maior, gestão prioritária, não em detrimento da pós, da pesquisa ou da extensão. Temos a intenção firme de concretizar no plano de gestão, no primeiro ano e se for necessário no segundo, todas as ações na forma de prioridade no ensino de graduação. E aí começa a questão da recuperação da estrutura física e de equipamentos. Vamos ter que concentrar os recursos de investimento da Universidade para isso, já sabendo que não são suficientes. Teremos que ir em busca de outros recursos. Não é possível continuarmos com as enormes deficiências atuais. Sabemos que elas desestimulam estudantes, professores e servidores técnico-administrativos, que passam a não dar muito crédito às atividades de graduação. A pós-graduação da UFC anda razoavelmente bem, mas há de observar-se que a avaliação da Capes aponta para a necessidade de estabelecermos políticas capazes de recuperar ou elevar os conceitos dos cursos. Na maioria dos casos são cursos novos, mas temos um percentual muito elevado de conceito 3. Está entre 40% e 50%. Temos que conceber políticas capazes de elevar esses conceitos, dentro de um cronograma razoável.

**Jesualdo Farias** – A Universidade evoluiu nos últimos anos. Diria que pela quantidade de doutores que tem hoje, pela quantidade de cursos de graduação e de pós-graduação, grupos de pesquisa, isso caracteriza evolução acadêmica consistente. Toda a comunidade começou a procurar resultados na evolução de seu potencial. Se a gente comparar o que a UFC produz hoje, em termos de indicativos, com a Universidade Federal de Pernambuco, ainda estamos atrás. Mas temos condições de competir com a UFPE e rapidamente ultrapassá-la, com todo o respeito. Nossa Universidade tem que procurar, imediatamente, ser a melhor do Nordeste. A comunidade começou a enxergar isso e começou também a procurar o perfil de gestor que fosse mais acadêmico. Algumas instituições já estão caminhando para o processo de sair do que caracterizou as universidades, nas últimas décadas, a gestão mais política. Essa teve um papel importante na consolidação das universidades públicas, mas agora temos que partir para gestão com base no planejamento.

**UP – Vocês colocaram a questão da excelência acadêmica, da melhoria do ensino. Ao mesmo tempo, a Universidade é muito cobrada para estreitar sua relação com a sociedade. Como essa questão está contemplada no programa de vocês?**

**IM** – Nada do que foi falado aqui faz sentido se a extensão não for enxergada como porta de saída e, antes disso, como porta de entrada para alimentar a temática da pesquisa. A extensão na UFC tem sido muito bem praticada, temos inúmeros projetos, a Universidade se faz presente na sociedade de maneira extremamente competente, mas esse conceito de extensão não pode ser tão estreito. A Universidade se relaciona bem com os movimentos sociais. Isso é importantíssimo e não vai deixar de ser. Entretanto, temos que enxergar que as atividades da UFC são sempre alimentadas pela observação dos anseios da sociedade, porque do contrário não há como julgar a importância dessa instituição,

ou de qualquer outra de ensino superior. Cito sempre o exemplo dos convênios que a UFC tem firmado com a Petrobras. Estatal importantíssima para o País, a Petrobras não se relacionava com as universidades, pelo menos com muitas. A UFC até então não ofertava nenhuma disciplina na área de petróleo e gás ou mesmo de meio ambiente. E a Petrobras começou a se relacionar com nossa Universidade. Nos últimos dois anos a UFC, através de suas principais fundações, a FCPC e a ASTEF, estabeleceu convênios e contratos que vão próximos dos R\$ 20 milhões, só com a Petrobras. Ao mesmo tempo, os temas de pesquisa foram atualizados, buscando sintonia com os interesses nacionais. Essa relação com a sociedade é a chave de tudo.

**UP – Que mecanismos podem ser utilizados para fazer com que os pesquisadores e professores possam atuar mais na extensão? Ela é considerada menos nobre, há preconceito com relação a ela?**

**IM** - Na realidade ela é muito nobre. O que havia em algumas áreas de pesquisa da UFC é que os docentes não enxergavam que tudo que eles fazem tem por fim a extensão. Já fazíamos extensão, mas não tínhamos a certeza disso, ou sequer desconfiança. O pesquisador da área de ciências duras e tecnológicas, por exemplo, ao sintetizar ou preparar novo composto, encontrava as características dele, mas não vislumbrava que aquilo, hoje ou amanhã, poderia beneficiar a sociedade. Hoje, toda a Universidade tem clareza de que estamos mais próximos da extensão.

**UP - O senhor acha que as relações com os governos são feitas a contento?**

**JF** - Precisa avançar. Sentimos uma preocupação grande dos governos, da Prefeitura, do Governo do Estado e das prefeituras do Interior, onde estamos expandindo a Universidade, mas é preciso institucionalizar relações para que independa deste ou daquele político que está hoje no governo, ou desse ou daquele reitor. Precisamos planejar para daqui a 20 ou 30 anos, principalmente a

expansão para o interior. Esse é um aspecto. Precisamos intensificar as ações do Bureau de Projetos, não só para fomentar os grupos que tradicionalmente não tem a cultura de aproveitar as oportunidades via edital. O Bureau vai fazer esse trabalho, aproximar da Universidade os setores ditos produtivos e intensificar as ações do programa de acompanhamento do egresso. São essas ações que, nos próximos anos, certamente, vão consolidar a UFC como instituição de grande relevância para a sociedade. Ela já o é. Falta mostrar essas ações. Quando, por exemplo, uma pessoa é atendida no Hospital Universitário, sai de lá sem ter a noção exata que foi atendida por uma universidade pública. Muitas vezes isso se dilui e o papel da Universidade fica sem repercussão. Temos que investir na política de Marketing Institucional, que melhorou bastante nos últimos anos, mas que precisa ser mais agressiva, intensificar uma campanha mostrando para a própria sociedade o que a Universidade representa para ela.

**UP – Muita gente não vê com bons olhos a aproximação da Universidade com o mercado. É o caso da própria relação entre as universidades e as fundações para a captação de recursos. Até onde a Universidade pode ir, na visão de vocês?**

**IM** – Nessa questão, alguns dogmas já foram quebrados. Não vejo por onde, ainda, a Universidade estar preocupada com isso, uma vez que o fomento à pesquisa se dá porque há competências em determinadas áreas. E quando se realiza um convênio ou se faz um contrato ou com empresa estatal, ou através dos fundos setoriais, se faz exatamente para que essas competências tenham melhores condições de trabalho e de formação de estudantes. Não há nada absolutamente incompatível. É diferente de você me perguntar se um docente-pesquisador ou um grupo de pesquisa poderia ser contratado para exercer atividades fora da Universidade, em temas que não são de interesse para a formação dos estudantes da UFC. A academia brasileira já está madura o suficiente



Ícaro Moreira

para entender isso. A própria universidade buscou e hoje tem recebido esse fomento através de submissão de projetos. É lógico que essas atividades não podem conflitar com o compromisso do docente de estar presente em sala de aula, assistir aos estudantes, orientar da iniciação científica até o doutorado.

**UP – O primeiro mandato de Lula parece ter sido interessante para as universidades do ponto de vista do equilíbrio de finanças. Como vocês avaliam o Governo e como vislumbram esse segundo mandato para a Universidade?**

**IM** – O orçamento de 2003 para custeio da UFC ficava em torno de R\$ 13 milhões. Devíamos energia à Coelce, água à Cagece, às terceirizadas. A dívida acumulada, ao recebermos a administração, era da ordem de R\$ 9 milhões. Não foi uma ação só, mas uma seqüência de ações, para que esse custeio fosse corrigido ao ponto de, no ano passado, chegar aos R\$ 30 milhões. Foi um aumento significativo, embora ainda não saibamos com precisão se é ou não suficiente. Não temos certeza, porque a UFC nunca foi planejada desde as suas unidades. Até mesmo porque várias unidades nem solicitam mais custeio à UFC para a própria graduação, como alguns departamentos do Campus do Píci que realizam atividades com verbas dos pesquisadores ou dos programas de pós-graduação. Temos que elogiar o governo Lula porque, a partir do ministro Tarso Genro, o custeio começou a ser corrigido e hoje temos a convicção de que foi muito recuperado. No segundo governo, estamos esperançosos de que a política de correção de custeio continue e que o MEC observe o planejamento de novas gestões. Há outra expectativa com o governo Lula com relação à política bem sucedida de disponibilidade de verbas para a ciência e tecnologia, através do MCT, utilizando-se os fundos setoriais. Que essa disponibilização continue, que o CTInfra, único projeto institucional de apoio à modernização e recuperação da es-

trutura de pesquisa, continue, com aporte financeiro maior.

**UP – Há expectativa de realização de mais concursos...**

**IM** – Os concursos são fundamentais, inclusive para repor as vagas que foram retiradas emergencialmente para alimentar as expansões. Aí, eu tenho sérias críticas. O Governo retirou duas mil vagas das matrizes, já prometidas, com a promessa de que, no começo deste ano, reporia através da criação de mais duas mil vagas. Até agora elas não vieram. E, realmente, as expansões foram feitas, de maneira a atender à sociedade, mas os reitores não tiveram a opção. E não tiveram condição de realizar o vestibular com a infra-estru-

**“O foco maior vai para os cursos de graduação. Temos intenção firme de concretizar, no primeiro ano e se for necessário no segundo, todas as ações na forma de prioridade no ensino de graduação”**

Ícaro Moreira

tura dos campi avançados adequada. Hoje temos, em Sobral e no Cariri, professores e estudantes em dependências emprestadas. Não concordo, acho que foi realmente eleitoreiro.

**UP – Como vai se dar a relação dos senhores com a comunidade universitária? A gente vem de uma eleição em que os percentuais de votação foram questionados, principalmente pelos servidores e estudantes...**

**IM** – O acesso da comunidade será até maior porque nós, ao invés de ficarmos presos à Reitoria, vamos praticar um modelo descentralizado de gestão. Quanto ao

processo, não somos donos dele. Ele estava posto e, lamentavelmente, a comunidade não se mobilizou no período correto, nem aqui, nem em nível nacional. Se as três entidades, a minha, a dos estudantes e a dos servidores, tivessem se mobilizado, local e nacionalmente, o presidente Lula teria revogado essa Lei. Não tenho a menor dúvida. Por incrível que pareça, quem mais debateu a questão foi a Andifes. Não quero com isso, em momento algum, criticar nossas entidades, mas acho que dormiram um pouco no ponto, negligenciaram a questão, até porque, em várias universidades, esses processos são diferenciados. A nossa, especificamente, além da existência da Lei maior (LDB), que estabelece os percentuais de 70%-15%-15%, incorporou a Lei em seu Estatuto, o que engessa mais ainda. Para sinalizarmos concretamente que isso evolua, iremos ao Conselho Universitário e proporemos, com dois votos já declarados a favor, a retirada dessa peça jurídica do nosso Estatuto. Isso não retira a Lei maior, é óbvio, mas já sinaliza para a comunidade que se a Lei não for revogada para o próximo pleito, a comunidade estará livre, através das entidades, para buscar o consenso e realizar a consulta. Não temos, nem nunca tivemos, em nossa vida acadêmica, nenhuma dificuldade no diálogo, apesar de sermos tachados de tecnicistas. Somos cientistas das áreas de ciências básicas e tecnológicas, mas não somos tecnicistas. Somos humanistas.

**UP - Nesse sentido, quais os planos de vocês para dinamizar as ações culturais na UFC?**

**IM** - Os equipamentos culturais devem ser recuperados, o que já foi iniciado pelo professor René Barreira, e as atividades devem ser planejadas de forma mais consistente. Ou seja, esses equipamentos têm de ser realmente ativados, abertos à comunidade, inclusive no período noturno e nos finais de semana, pelo menos aos sábados, resgatando o Pólo Cultural do Benfica. Isso já acontece, hoje, com a Casa Amarela, mas precisamos fechar o

circuito com o Museu de Arte, que possui um acervo riquíssimo, e com o Teatro Universitário e Seara da Ciência. Sem falar na Casa de José de Alencar, para a qual já existe projeto inscrito no Prodetur. Vamos em busca de recursos, através de parcerias e inscrição em editais. Entendendo a cultura como lugar de entrecruzamento de saberes, queremos estimular, também, a criação de espaços não estruturados, onde as atividades culturais e de pensamento crítico e livre possam encontrar expressão, o que deve ser feito em parceria com a comunidade universitária, a exemplo do que acontece em instituições como a UFMG. Juntos com a comunidade, discutiremos ainda o lugar do Instituto de Cultura e Arte (ICA). Ele teve um importante papel de articulação dos equipamentos culturais, mas deverá ser integrado à estrutura da UFC, de forma mais consistente, ou como unidade acadêmica, a partir da qual poderemos pensar cursos de graduação na área de artes, ou como órgão gestor da cultura na UFC, efetivamente.

**UP – Um dos desafios que se colocam para o futuro da Universidade é a questão da expansão e da democratização do acesso e formas de permanência. Mas o que se coloca é uma realidade em que a universidade não possui sequer rubrica para assistência estudantil. Quais os caminhos para resolver essa questão?**

**IM** – Torcemos para que o MEC se sensibilize e atenda à solicitação dos reitores, através da Andifes, reativando a rubrica de assistência estudantil. É uma questão muito séria, talvez a principal responsável pelos quase 40%, em média, de índice de evasão da Universidade federal brasileira. Nossa sociedade é carente, muito pobre, principalmente no Ceará. Mas não podemos ficar esperando só pelo MEC. Hoje a UFC tem somente 264 vagas para residentes, numa população que está se aproximando de 30 mil estudantes. Isso não representa nem um por cento. Estamos propondo a criação do Fundo de Apoio ao Estudante. Temos a famosa

Resolução número 6 do Consuni. Ela fixa que 10% das prestações de serviços - isso inclui os cursos de especialização - ficam na Universidade, entrando na conta única da União. Como há uma série de dificuldades da Universidade em acompanhar esses recursos, estando na conta única da União, propomos que esses 10% venham para uma das fundações, no caso a FCPC, e que metade desse recurso vá alimentar o Fundo de Desenvolvimento Acadêmico, para questões acadêmicas mais emergenciais, e 50% para o Fundo de Apoio ao Estudante. Não sabemos ainda se esse dinheiro vai ser suficiente. Certamente, não. Mas deverá ser um recurso sagrado num processo de recuperação mais efetivo. Trata-se não somente de rebocar e pintar as residências universitárias, mas ampliá-las. Iremos em busca de recursos de todas as fontes legítimas possíveis. Queremos propor à bancada federal, para o próximo orçamento, verbas para construirmos uma residência universitária no campus do Pici. A coisa já está no nível do insuportável.

**JF** – Entendemos que a democratização do acesso vai além do estabelecimento de cotas. Em qualquer lugar do mundo onde foram estabelecidas cotas, paralelamente, foram estabelecidas políticas de correção de rumos. A política de cotas é importante no momento atual para corrigir desigualdades reconhecidas pela sociedade. Nesse período é preciso que ela seja associada a uma política de financiamento. Quanto à questão da manutenção do estudante na Universidade, este precisa se alimentar, vestir-se, precisa de livros. Há estudantes que não tem sequer o dinheiro do transporte para vir à Universidade. Se o estudante entra por um mecanismo especial de cotas, a responsabilidade da Universidade é fazer com que ele permaneça e saia com seu diploma, em condições de atuar com o mesmo nível dos alunos que entram sem cotas.

**UP – Nós acompanhamos, nas últimas semanas da campanha eleitoral para**

**a Reitoria, uma polêmica no jornal O POVO, em que se discutiu se a Universidade estaria viva ou morta. Como os senhores acompanharam essa polêmica envolvendo docentes da instituição?**

**IM** – Evitamos entrar na polêmica, até mesmo porque ela se confundia muito com o momento eleitoral. Mas somos absolutamente opostos a esse pensamento. Talvez essas pessoas estivessem envolvidas por momentos de frustração, mas temos clareza de que a UFC está vivíssima, mais do que nunca. Hoje, a UFC exala competência em todas as áreas do conhecimento. Se buscarmos os indicadores das diversas avaliações, na graduação ou na pós-graduação, ou no sucesso de nossos profissionais, vamos constatar isso. Nossa universidade é de grande inserção nacional e, em várias áreas, de inserção internacional. Por mais que se escute que a Universidade está sucateada, ela não está. Está muito bem com relação aos equipamentos para a pesquisa. Não esta bem com relação ao acervo bibliográfico, porque não foi possível recuperar tudo. Ainda é deficitária em equipamentos para as atividades de graduação, mas isso é cultura nossa. Lembraria o quanto foi investido através do projeto de modernização. Muitos desses equipamentos não estão disponíveis para o ensino de graduação. Achamos que vão estragar. Eles ficam trancados, ou vão para o laboratório de pesquisa.

**JF** – Somente hoje, na reunião do Conselho Universitário, foram criados 10 novos programas de pós-graduação. Uma universidade morta jamais teria condições de apresentar uma dinâmica de crescimento como essa. Dez novos cursos significam carga adicional de trabalho tão grande que, ao contrário, caracteriza uma universidade numa dinâmica extraordinária e produzindo o que a sociedade espera. A polêmica da universidade decadente pode existir na cabeça de uma ou outra pessoa que está enxergando outra universidade, não a nossa UFC. ☺



Filmes alternativos e inéditos na cidade serão exibidos na Sala Benjamin Abrahão. Na imagem acima, cena de *O que eu fiz para merecer isso?*, do espanhol Pedro Almodóvar

# Que tal um cineminha?

Casa Amarela inaugura sala de cinema. Fora do conceito comercial, o equipamento será utilizado para a formação de platéia, exibição de filmes inéditos e debates sobre a sétima arte

O corredor cultural do bairro Benfica agora tem também cinema. A Avenida da Universidade passou a oferecer mais uma opção em arte, cultura, informação e entretenimento. A Sala Benjamin Abrahão, inaugurada no último dia 3 de fevereiro, junta-se a equipamentos como Rádio Universitária FM, Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará e Teatro Universitário Paschoal Carlos Magno.

O endereço é o mesmo de outro equipamento cultural da avenida. A sala fica dentro da Casa Amarela Eusélio Oliveira e é a realização de um desejo do seu criador. “O sonho de Eusélio era ter uma sala

na Casa Amarela para projeção de filmes de 35 milímetros e com características de cinema de arte”, aponta o responsável pela curadoria, Franzé Santos. Até agora, a sala exibia filmes em formato 16 milímetros ou super 8 mm, como mais uma atividade da Casa que está prestes a completar 36 anos, em 27 de junho, e que oferece cursos nas áreas de cinema, vídeo, fotografia e animação.

“Do fim dos anos 70 ao fim dos anos 80, era um cineclubes, onde se cobrava ingresso, mas não havia nenhum conforto. O grande sonho do papai era que um dia o cineclubes virasse uma sala de cinema

profissional, funcionando ininterruptamente”, reforça Wolney Oliveira, diretor da Casa Amarela e filho do fundador. Eusélio não teve a oportunidade de ver o cineclubes se tornar sala de cinema porque foi assassinado aos 58 anos, em 1991.

O cineclubes funcionou por mais de 20 anos, formando platéias, promovendo debates, possibilitando o contato com as escolas de cinema, exibindo grandes trabalhos fora do circuito comercial. Além dele, o único espaço a cumprir esse papel era o Clube de Cinema, que funcionava na cobertura da sede da Associação Cearense de Imprensa (ACI), na rua Floriano

Peixoto, no Centro da cidade, e perdurou também por duas décadas – dos anos de 1960 ao início dos anos de 1980.

Agora como sala, a proposta é audaciosa. O slogan já diz tudo: “O filme que você vê aqui não vê em nenhum outro cinema”. A pretensão é exibir filmes inéditos, que nunca passaram em tela grande nem estejam em exibição na cidade. Além do ineditismo, a qualidade da obra. Filmes ditos alternativos, que se enquadram na categoria de cinema de arte e revelam grandes diretores. Se já não bastasse, os preços são convidativos. O ingresso é o mais barato entre todos os cinemas da cidade.

Convite aceito, o espectador vai se deparar com uma sala que tem 150 lugares, com possibilidade de ampliação para mais 30, dispostos em leve declive para facilitar a visualização das legendas; aparelho de ar condicionado central, que oferece boa climatização, mas não dispensa um agasalho para quem for mais sensível ao frio; sistema de som dolby stereo digital, utilizado em cinemas de grande porte; e tela no tamanho de 14x4 metros.

Quem não gosta de chegar em cima da hora, pode esperar o filme começar tomando um cafezinho de graça na cafeteria montada perto da sala e que também vende pipoca e chocolate mais em conta. Para quem vai de carro, o custo ainda fica menor levando-se em consideração que o estacionamento da Casa Amarela, com vaga para 16 veículos, fica liberado a partir das 18 horas durante a semana e o dia inteiro aos sábados, domingos e feriados. Os carros também podem ficar estacionados na própria avenida.

O investimento para a reforma do prédio e aquisição e montagem dos equipamentos e poltronas foi de cerca de R\$ 300 mil. Os recursos foram garantidos pela própria Universidade Federal do Ceará (UFC), além da contrapartida do Governo do Estado, da Prefeitura de Fortaleza e de emenda assegurada pela bancada federal cearense no Congresso Nacional.

A bilheteria, por enquanto, não traz retorno. O momento é de formação de público. As pessoas, agora, é que estão descobrindo a sala. A frequência tem surpreendido pelo perfil. Embora a sala

ofereça ingressos a preços módicos para estudantes, tem sido maior a presença de um público mais maduros e casais de namorados.

### **Mostras especiais, sessões temáticas, debates**

Para preservar a coerência com as origens de um cineclube, a Sala Benjamin Abrahão pretende se consolidar como espaço também para mostras especiais, sessões temáticas e debates sobre filmes. O projeto *Conversa com o Cinema* deve ser implantado, ainda este semestre, como oportunidade para exibição de trabalhos com a participação de cearenses e cuja temática possa suscitar debates. A idéia é convidar para a conversa artistas que atuaram, dirigiram ou produziram. O projeto deve ser desenvolvido a cada última segunda-feira do mês. Por enquanto, a Sala Benjamin Abrahão fecha às segundas-feiras.

A realização de sessões temáticas, nos fins de semana pela manhã, seguidas de

debate, também está nos planos da curadoria da sala. Assim como as sessões, os preços são diferenciados – R\$ 12,00 (inteira), R\$ 6,00 (meia) e R\$ 4,00 para estudantes e servidores da UFC e funcionários da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo de Fortaleza (Funcet) e acompanhantes. Antes, ao espectador deverá ser oferecido, gratuitamente, um café da manhã, aos sábados, e pipoca e refrigerante, aos domingos.

Durante o Cine Ceará, em junho, a sala ficará reservada às sessões do terceiro maior festival de cinema do País. Na retomada, três mostras estão agendadas: uma de cinema chinês, outra de grandes filmes europeus e uma terceira com trabalhos abordando a temática homossexual, em parceria com o Grupo de Apoio à Prevenção à Aids (Gapa-Ceará). Diferentemente da programação de rotina, as mostras não vão se prender ao ineditismo dos filmes, mas a proposta é exibir trabalhos pouco conhecidos ou vistos já há algum tempo.

**O curador da Sala, Franzé Santos: mostras especiais de filmes chineses, europeus e sobre a temática homossexual estão agendadas para o próximo semestre**





Preços diferenciados dos ingressos para a comunidade interna e externa à UFC é um atrativo a mais na formação de platéias

## O homem que filmou Lampião

Ele era libanês, mas fez história no Cinema registrando um movimento social genuinamente nordestino e que teve como pano de fundo questões sociais e fundiárias: o Cangaço, existente entre meados do século XIX e início do século XX e cujo maior representante foi Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião. O homem que dá nome à sala de cinema da Casa Amarela foi o único a registrar em película o bando do cangaceiro mais temido do Nordeste.

Benjamin Abrabão deixou Zahelh, terra onde nasceu, e veio parar em Recife, durante a Primeira Guerra Mundial. Da capital pernambucana, onde passou a viver como mascate, partiu para a cidade cearense de Juazeiro do Norte, conhecendo Padre Cícero Romão Batista e tornando-se, com o tempo, “assessor” do religioso para assuntos internacionais.

Numa manhã de março de 1926, o libanês teria visto pela primeira vez o cangaceiro e seu bando entrarem em Juazeiro, e

logo à primeira visão se impressionara com a figura de Lampião. Cerca de dez anos depois, provavelmente com a ajuda de pessoas que tinham acesso ao cangaceiro-mor, Benjamin Abrabão consegue convencê-lo a se deixar ser fotografado e filmado. O cenário era o interior de Alagoas.

*Lampião, o Rei do Cangaço*, foi feito para a produtora cearense Aba Filmes, em 1936. Dois anos depois, o cineasta amador, tão controverso quanto a história do filme, seria encontrado morto com 42 facadas, em Serra Pelada, Pernambuco, dois meses antes da emboscada, em Angicos, Alagoas, que eliminaria Lampião, Maria Bonita e o bando.

O documentário chegou a ser interdito pelo governo de Getúlio Vargas e permaneceu por vários anos “desaparecido”. “Além de ter sido o único a filmar Lampião, foi Benjamin Abrabão quem fez a maior quantidade de fotos do grupo, imagens que influenciaram o Cinema Novo”, observa o diretor da Casa Amarela e também cineasta Wolney Oliveira. 

## SERVIÇO

*Sala Benjamin Abrabão - Casa Amarela Eusélio Oliveira – Universidade Federal do Ceará*  
Endereço: Avenida da Universidade, 2591, Benfica

Telefones: 3366.77.70 e 3366.77.72.

Funcionamento: terça-feira a domingo

Sessões: a partir das 13h30min

### Ingressos:

- Terça-feira a quinta-feira: R\$ 6,00 (inteira), R\$ 3,00 (meia) e R\$ 2,00 para estudantes e servidores da UFC e funcionários da Funcet e acompanhantes.

- Sexta-feira a domingo: R\$ 8,00 (inteira), R\$ 4,00 (meia) e R\$ 3,00 para estudantes e servidores da UFC e funcionários da Funcet e acompanhantes.

Escolas podem agendar sessões a ingressos ainda mais baratos. Os valores de R\$ 3,00 e de R\$ 1,00 são únicos para estabelecimentos particulares e públicos, respectivamente. Eventualmente, a sala poderá ser aberta gratuitamente para estudantes.



O novo plano diretor do Hospital Universitário prevê interferências na unidade no horizonte de dez anos, a partir de 2007. Abaixo visão frontal do Hospital em maquete

# Um hospital redesenhado

O Plano Diretor do Hospital Universitário prevê uma transformação quase completa nas atuais instalações. Até 2017, os prédios deverão ser demolidos dando lugar a novas construções, mas de forma gradual e planejada, sem comprometer o funcionamento. Nesse período, o hospital vai ampliar e melhorar as condições para o ensino, pesquisa e assistência. O número de leitos deve duplicar

Provavelmente, daqui a dez anos, não restará quase nada do que hoje é o Hospital Universitário Walter Cantídio, da Universidade Federal do Ceará. O que, a priori, parece uma péssima notícia promete, na verdade, uma transformação quase por inteiro da estrutura física hospitalar, em benefício de usuários, servidores e comunidade universitária. A proposta do Plano Diretor do Hospital Universitário está pronta. Um novo HU está totalmente desenhado.

Das maquetes às edificações em grande escala, estão previstas intervenções de curtíssimo, curto, médio e longo prazos. No período de uma década, seriam cons-

truídos um complexo hospitalar e outro ambulatorial, além de estacionamentos. A expectativa é que os trabalhos comecem em junho próximo. As obras de curtíssimo prazo seriam concluídas ainda em 2007 e as de curto prazo em 2008. Até 2010, as intervenções seriam apenas no complexo hospitalar e, a partir de então, também no complexo ambulatorial.

As etapas de cada ação foram definidas com hierarquia de prioridades. Para fazer com que o espaço físico do hospital mude quase completamente, mais de 90% das instalações serão demolidas. “A idéia é implodir o hospital e construir outro, de for-

ma bastante gradual e planejada”, assegura o diretor Sílvio Furtado. Sobre o que for posto abaixo, devem surgir novas, seguras e eficientes instalações. Mesmo o que continuar de pé passará por reformas para se ajustar ao Plano Diretor.

O prédio onde funciona o setor de Cirurgia é o único a ser preservado, pois foi inaugurado em 2001, embora estejam previstas reformas para adequação à nova estrutura hospitalar. Outros prédios seriam erguidos sobre as áreas onde hoje estão o Refeitório, a Farmácia e o Almojarifado, por exemplo. A maior parte das intervenções será para o crescimento vertical do hospital. A amplia-



As atuais limitações físicas da unidade hospitalar dificultam o atendimento aos pacientes e a formação de profissionais de saúde

ção horizontal depende da desapropriação de duas áreas a serem negociadas com a Prefeitura e a comunidade local.

O processo de negociação e revisão da proposta do Plano Diretor inclusive já teve início. A versão é preliminar, pois está aberta a discussões e alterações com os diversos serviços do próprio hospital, a comunidade universitária, a exemplo do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Ceará (Sintufc), e os segmentos representativos da população, além dos gestores públicos – Prefeitura, Governo do Estado e Governo Federal.

A intenção é garantir recursos municipais, estaduais e federais e até da iniciativa privada para a efetivação do Plano Diretor. O custo total foi avaliado em R\$ 318,6 milhões, mas a diretoria do hospital acredita que o valor foi superestimado, podendo haver uma redução do orçamento, mesmo no caso de se manter o sugerido pela empresa contratada para prestar o serviço, a Pró-Saúde, que atua na área de soluções físicas e administrativas para os problemas de serviços de saúde.

As adequações devem ser feitas durante as negociações. Com base na proposta apresentada pela empresa paraense, a diretoria do hospital começou a discutir com os setores interessados as reais demandas e o impacto financeiro para aten-

dê-las. É preciso, por exemplo, ver quais as necessidades dos serviços hospitalares em relação ao Sistema Único de Saúde (SUS) e vice-versa. O estudo já foi apresentado ao Ministério da Saúde, em função da necessidade de implantação de medidas consideradas emergenciais.

Uma prioridade é a ampliação do setor de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Um projeto de R\$ 7 milhões para aumentar o número de leitos de seis para 24 foi aprovado tecnicamente por quatro anos seguidos, desde 2003, mas os recursos nunca foram liberados. Segundo o diretor, Silvio Furtado, o projeto será reapresentado este ano propondo uma ampliação para 32 leitos, já com base no levantamento feito para o Plano Diretor.

Ainda na parte de assistência, a proposta contempla, por exemplo, a criação de uma unidade de Oncologia, embora já exista na área próxima ao Hospital Universitário a instituição de referência estadual, que é o Hospital do Câncer. O diretor do HU pondera ser esse um ponto que merece discussão aprofundada. “Há casos em que o Hospital do Câncer não pode dar uma resposta, não tem como cobrir custo, por se tratar de uma instituição filantrópica”.

Entre as solicitações feitas por professores e estudantes, já contempladas no Plano Diretor, está a reabertura de um setor de Emergência – a unidade que fun-

cionava no hospital fechou há mais de dez anos, no segundo semestre de 1995. “O ideal é termos um serviço de Emergência, mas de referência, recebendo pacientes já direcionados de outras unidades”, argumenta Silvio Furtado. O HU funcionaria como hospital de apoio para outras unidades de saúde.

Além das mudanças de ordem física, o diretor do Hospital Universitário defende mudanças de ordem gerenciais. “Se não houver modelo de gestão que ofereça mais agilidade e melhor gerenciamento de recursos humanos, as mudanças no modelo físico da instituição não vão surtir grandes resultados”.

### Deficiências na atual estrutura

A estrutura física do Hospital Universitário é inadequada à missão do hospital. “Ele não está devidamente adequado ao bom e completo desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da assistência”, assevera o diretor da instituição, Silvio Furtado. Ele se fundamenta na experiência diária e no diagnóstico feito para o Plano Diretor do hospital.

As incompatibilidades repercutem negativamente no funcionamento da instituição e na qualidade do serviço oferecido. Há um problema central – a má distribuição e utilização do espaço físico –, que se ramifica em outras complicações. Algumas áreas estão incompatíveis com as normas de vigilância sanitária e de refrigeração, outras agrupam serviços completamente diferentes e, por isso, deveriam estar separados.

Sob o aspecto sanitário, por exemplo, o levantamento feito para o Plano Diretor aponta várias situações de risco, algumas consideradas graves, para a assistência prestada aos pacientes ou que comprometem a qualidade dos insumos – materiais esterilizados, medicamentos fracionados ou manipulados, refeições, roupas, equipamentos, gases medicinais, energia elétrica e outros – que são utilizados nessa assistência.

A má disposição das UTIs Clínica e Cirúrgica, por exemplo, dificulta o funcionamento do Centro Cirúrgico e da Recuperação Pós-Anestésica. Os setores de UTI, Hemodiálise e Clínica mantêm es-

truturas absolutamente defasadas, segundo Silvio Furtado. “O número de leitos de UTI está fora das normas para o perfil de uma instituição de saúde como o Hospital Universitário”. O hospital deveria ter pelo menos 24 leitos, mas tem apenas seis, além de cinco improvisados no setor de Recuperação Pós-Cirúrgica.

As partes administrativas, de internação e de ambulatórios dividem um mesmo espaço, embora as atividades sejam completamente diversas. A situação como está não permite organizar fluxos internos nem estabelecer uma comunicação visual eficiente. “Um paciente que não sabe lê se perde. Se ele for encaminhado para algum setor do hospital, pode acabar esbarrando na Maternidade Escola”, ilustra o diretor do HU.

As limitações de espaço físico repercutem em limitações no atendimento ao usuário e na formação de profissionais. A humanização hospitalar e a privacidade das pessoas, por exemplo, ficam comprometidas. O hospital ainda tem enfermarias sem banheiro, obrigando o paciente a usar sanitários coletivos. Na estrutura atual, freqüentemente acontece de três profissionais atenderem na mesma sala ao

mesmo tempo ou quatro pessoas serem atendidos em áreas contíguas também simultaneamente.

“Não temos estrutura de apoio ao ensino nas enfermarias nem adequadas ao treinamento de diversas categorias de profissionais que circulam dentro do hospital”, acrescenta Sílvio Furtado. Além de médicos e enfermeiros, outros profissionais, como psicólogos e fisioterapeutas, estão numa estrutura física inadequada ao treinamento, o que compromete também o atendimento ao usuário.

Um complicador da situação, principalmente sob os aspectos da segurança interna e do trânsito de pessoas, é a falta de um plano de diretor para a grande área onde o hospital está instalado – o Campus do Porangabuçu, onde funcionam os cursos de Enfermagem, Farmácia, Medicina e Odontologia. Diferente de outros campi, os alunos do Porangabuçu, em geral, passam mais de um turno na Universidade.

Paradoxalmente, um campus com ocupação intensa e diversidade de atividades não oferece áreas de convivência estabelecidas, residências universitárias, restaurantes em condições satisfatórias nem

estacionamentos para atender a demanda. A proposta do Plano Diretor do HU contempla todas essas necessidades, incorporando demandas não apenas do hospital, mas também dos cursos de Enfermagem, Farmácia, Odontologia e Medicina.

## O que está por vir

Dois grandes complexos – um hospitalar propriamente dito e outro ambulatorial – devem ser erguidos até 2017 na área ocupada pelo Hospital Universitário. O complexo hospitalar deve ficar dividido em três blocos principais: um administrativo, que hoje serve à Administração e à Internação; outro para Internação, onde atualmente ficam o Almoxarifado, a Farmácia e o Refeitório; e um terceiro para a Emergência. A previsão é, em dez anos, duplicar o número de leitos do hospital – dos 240 atuais para 474.

O complexo ambulatorial reuniria, além dos ambulatórios, os hospitais-dias, os laboratórios, o restaurante universitário, as residências universitárias (para alunos do campus que tenham baixo poder aquisitivo), o serviço de hospedagem (para

**A ampliação do setor de UTIs é uma das prioridades do Plano Diretor. A expectativa é passar de seis para 32 leitos**



pacientes ambulatoriais e os respectivos acompanhantes e para professores visitantes) e uma grande área de convivência. Parte desses setores foi sugestão feita pelos próprios estudantes.

De acordo com a proposta do Plano Diretor, o setor de Emergência ficaria bem no centro da grande obra, num prédio com quatro andares, diretamente ligado à área de Internação, que por sua vez teria oito pavimentos e comunicando-se com a parte de Diagnóstico e Cirurgia. “A idéia é se constituir como um complexo hospitalar mesmo”, frisa o diretor do hospital, Sílvio Furtado.

Para atender melhor às áreas de ensino e pesquisa, entre as ações previstas estão a instalação de um laboratório de habilidades e a construção de um minicentro de convenções, com capacidade para 120 lugares. O laboratório, o minicentro e restaurantes para o público interno e externo ocupariam o mesmo bloco destinado à área administrativa.

Entre as inovações, o setor de Internação passaria a ser constituído de solários, instalações físicas por andar que facilitariam o acesso dos pacientes à área externa das enfermarias sem necessidade de sair do hospital para tomar banho de sol e com a vantagem de ampliar o contato com o mundo exterior.

O setor de Internação seria construído ainda com pelo menos quatro salas em cada um dos oito andares para discussão de casos, totalizando 32 – hoje, são apenas cinco salas usadas por estudantes e profissionais com essa finalidade. “Assim, montaríamos uma estrutura direcionada ao ensino e à pesquisa, que hoje é improvisada”.

Além dos complexos ambulatorial e hospitalar, o Plano Diretor contempla ainda grandes estacionamentos no entorno. Um deles seria um edifício-garagem, com 120 vagas em cada um dos sete andares. O estacionamento vertical e um outro horizontal dependeriam da desapropriação de duas áreas – uma em frente à Faculdade de Medicina e outra defronte à Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem.

## Um estudo de 300 mil reais

Enquanto o conjunto de intervenções para implantação do Plano Diretor do Hospital Universitário está estimado em mais de R\$ 300 milhões, apenas o estudo e a formulação do projeto para a ampliação do setor de UTI custou quase R\$ 300 mil. Em valores exatos: R\$ 297.638,28. Os recursos são provenientes do Ministério da Educação e foram direcionados para a contratação do serviço.

A empresa vencedora da licitação trouxe primeiro um diagnóstico da situação encontrada. Depois, a Pró-Saúde construiu um plano estratégico visando à solução de problemas emergenciais, definindo uma hierarquia de prioridades, ao planejamento do crescimento futuro do hospital e à criação de ferramentas gerenciais para a execução do plano. A terceira parte do trabalho consistiu na elaboração do Plano Diretor propriamente dito, com o detalhamento das etapas necessárias à implementação.

Não é o primeiro Plano Diretor do Hospital Universitário – um outro foi feito na década de 1980 –, mas deve ser o primeiro a sair do papel.

O levantamento é preliminar, pois está aberto a mudanças a partir de discussões com os setores interessados, mas foi apresentado já em um estágio avançado, embora a Pró-Saúde tenha concluído o serviço em um prazo de sete meses, entre junho de 2006 e janeiro de 2007, quando o mínimo considerado razoável para o porte do Hospital Universitário seria um ano.

Além da revisão em cima do documento preliminar, outras deverão ser feitas periodicamente. “As estruturas hospitalares devem ser revistas pelo menos de quatro em quatro anos”, aponta Sílvio Furtado, cuja gestão à frente da diretoria do hospital se encerra em agosto. “O Plano ultrapassa a gestão de qualquer diretor do hospital, de qualquer reitor. Aprovada a proposta, é o rumo para quem assumir tais cargos”, conclui. ☺

**Diretor do Hospital Universitário, Sílvio Furtado: as mudanças físicas devem vir acompanhadas de modelo de gestão mais ágil e com melhor gerenciamento de recursos humanos, sob pena de não haver ganhos reais para a Unidade**



# Educando consumidores

Projeto da UFC que popularizou os direitos do consumidor se volta, agora, para a formação de cidadãos através do consumo sustentável

Saber usar para não faltar. Muito antes da difusão do conceito de consumo e desenvolvimento sustentável, a partir da Agenda 21, documento produzido durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, a expressão já era de domínio público e largamente utilizada. O ditado popular é antigo, profético e sábio. Além de ser cada vez mais atual e necessário.

Em tempos em que é recorrente o alerta para não se fazer do desenvolvimento um meio para o desequilíbrio do planeta, o consumo sustentável tem uma forte contribuição. O estímulo ao consumo sustentável é uma das ações de um projeto de extensão criado em 1993 no Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal do Ceará (UFC).

O Núcleo de Educação do Consumidor e Administração Familiar (Educon) busca promover a educação, informação e orientação dos consumidores nas áreas de consumo e administração familiar, numa perspectiva de garantia de direitos, mas também de sensibilização e conscientização em relação aos deveres dos cidadãos. O trabalho é feito por meio de assessorias, capacitações, palestras, cursos e oficinas.

“O núcleo se volta para o aspecto preventivo, de orientar as pessoas em relação a ações e atitudes de autodefesa do consumidor. Em geral, elas só procuram seus direitos quando lesadas. Mas o núcleo também orienta sobre o consumo para atender às reais necessidades, evitar desperdício, consumir hoje para que outros possam consumir amanhã, preservando o meio ambiente”, explica a coordenadora, Shandra Sales Aguiar.

Em associações comunitárias, empresas públicas e privadas e instituições de ensino também públicas ou particulares, o núcleo aborda questões como planejamento financeiro, direitos do consumidor, consumo sustentável. “A educação do consumidor e a administração familiar



**Consumo deve atender às reais necessidades e evitar desperdício, ensina a equipe do Educon**

estão muito interligadas”, observa Clarisse Ferreira Gomes, membro do núcleo e também professora do Departamento de Economia Doméstica.

Mas além dessas atividades, o núcleo mantém ainda integração e articulação com instituições conceituadas na área de defesa do consumidor, como Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro). “Sempre na perspectiva da defesa do consumidor”, ressalta Shandra.

Uma das estratégias recorrentes no trabalho do núcleo é atingir outras pessoas a partir de multiplicadores. Dessa forma, o trabalho nas escolas, por exemplo, volta-se mais imediatamente para o professor do que para o aluno, pois sensibilizando, orientando e informando o educador, ele vai repassar os conhecimentos não só para os estudantes daquele ano, mas a cada nova turma.

A estratégia não impede o contato direto com os alunos. E o melhor exemplo está dentro do próprio Departamento de

Economia Doméstica, no Núcleo de Desenvolvimento da Criança (NDC), onde o trabalho com os pequenininhos repercutiu na família. Em 2005 e 2006, a estagiária do Educon, Janayna Emanuelle Goyana Gomes de Oliveira, trabalhou no NDC a relação entre infância, mídia e consumo.

O NDC é aberto pela manhã para filhos de estudantes ou servidores da UFC, independente do nível de poder aquisitivo. Embora sendo crianças de no máximo seis anos, as manifestações consumistas eram já bastante visíveis. “O que a gente procurava mesmo era sensibilizar as crianças para o consumo consciente para também atingir os pais. E os pais depois chegavam e diziam como achavam as atividades interessantes”, lembra Janayna.

O Núcleo de Educação do Consumidor e Administração Familiar da UFC funciona no Departamento de Economia Doméstica, no Campus do Pici. Os interessados em saber mais sobre o Núcleo e ser atendidos por ele podem ligar para o telefone 3366.9474 ou se corresponder pelo endereço eletrônico educon@ufc.br ou pela Caixa Postal 12.168 - CEP: 60021-970.☎

# O lugar da sanfona

Livro da professora Sulamita Vieira, do Departamento de Ciências Sociais, revela o universo dos velhos sanfoneiros

Eles têm Luiz Gonzaga como principal referência. E, mais que isso, vivenciam a mesma relação de paixão pela sanfona. Um deles chega a citar declaração do mestre para falar da relação com o instrumento. “Se você puder dormir com a sanfona dentro da rede, é ainda melhor”. Esses são os “velhos sanfoneiros”, como os denominou a socióloga Sulamita Vieira, professora do Departamento de Sociologia na Universidade Federal do Ceará.

Simplemente tocadores ou profissionais, os velhos sanfoneiros geralmente não estão ligados a grupos musicais. Quando muito são acompanhados por zabumba, pandeiro e triângulo. Podem até nem viver da música. Mas estão marcados pela tradição, quase sempre passada de pai para filho, de contar histórias com a musicalidade da concertina, pé-de-bode, acordeão, oito baixos ou sanfona, como o instrumento é mais conhecido.

Os primeiros contatos de Sulamita Vieira com o universo dos velhos sanfoneiros ocorreram durante sua pesquisa sobre as representações do sertão na música de Luiz Gonzaga, em seu doutorado cursado na UFC. Nessa ocasião, deparou-se com a seguinte questão: a música de Luiz Gonzaga continua? Ela acredita que sim. Seja com ele mesmo, nas composições e

gravações deixadas, seja por meio daquelas que seguem seu estilo.

Durante a realização de palestra na abertura da exposição fotográfica de Francisco Sousa sobre velhos sanfoneiros, no Museu do Ceará, em setembro, a pesquisadora recebeu a sugestão de escrever um livro sobre o tema. A idéia foi posta pelo professor do Departamento de Comunicação Social da UFC Gilmar de Carvalho e pelo diretor do Museu do Ceará e professor do Departamento de História da UFC, Régis Lopes.

O livro *Velhos Sanfoneiros*, título da coleção *Outras Histórias*, editada pelo Museu do Ceará, da Secretaria da Cultura do Ceará, foi lançado em dezembro. Nele, Sulamita Vieira divide com o leitor parte das narrativas que encontrou ao conversar com sanfoneiros, em aproximadamente, três anos de pesquisa. Ao ouvi-los, a pesquisadora investiga, entre outras questões, qual o lugar dos velhos sanfoneiros na sociedade brasileira.

Alguns falam dos “bons tempos” em que a sanfona gozava de muito prestígio, fruto principalmente do trabalho de Luiz Gonzaga, que se consagrou como “Rei do Baião” entre as décadas de 40 e 50. Assim, fez-se uma escola, registra o estudo, “com um estilo musical cujo repertório

inclui basicamente xote, marchinha junina, baião e mazurca”. Nesse contexto, a sanfona ocupava função protagonista nas apresentações musicais, fossem em festas de noivado, casamento ou batizado, animação de cabarés, feiras, vaquejadas, ou mesmo nas apresentações do Rei do Baião pelo sul do País.

Hoje a sanfona e o sanfoneiro se articulam com outros elementos do mundo da música, assumem outras funções e, ao mesmo tempo, mantêm elementos da tradição. É observando o lugar do sanfoneiro nas bandas de forró, por exemplo, onde ele deixa de ser personagem central, que Sulamita Vieira identifica um “deslocamento de imagem”, decorrente de novas combinações, próprias da dinâmica da cultura.

“Os grupos se apropriam de fazeres anteriores e de contemporâneos a eles. Vão assim se reinterpretando. São impressionantes outros significados a artefatos, valores e símbolos. No campo da música, são introduzidos outros elementos musicais, outros ritmos, é organizada de outro modo a combinação dos instrumentos”, explica. A pesquisadora lembra que até Luiz Gonzaga não partiu do zero. “Tocava sanfona, que nem brasileira é, e depois foi buscar zabumba, triângulo e pandeiro para tocar baião, uma linguagem nova”.

Com essa compreensão, e ao identificar diferenças entre os universos dos velhos sanfoneiros e das bandas de forró, Sulamita declara-se otimista em relação às possibilidades de permanência ou continuidade da tradição. Ela os identifica como fenômenos diferentes, impossíveis de serem comparados. Muito menos pertinente seria falar em substituição de um pelo outro, argumenta.

O estudo mostra uma dimensão social incorporada pelos sanfoneiros. Ao produzir e difundir uma cultura, eles contribuem para a consolidação de identidades. A autora lembra, por exemplo, a preservação do forró pé-de-serra. Na tradição dos velhos sanfoneiros, as músicas contam histórias. E seus elementos e significados têm a capacidade de agregar pessoas que os conhecem. Outro aspecto da tradição é o domínio técnico sobre o instrumento, em geral transmitido por membros da família, mesmo sem o estudo formal de música.

São as biografias registradas na pesquisa que revelam peculiaridades do cotidiano dos velhos sanfoneiros. Sobre a arte que vem de longe: “Olhe, eu era bem miudim; eu roubava a sanfona do meu pai. Depois, eu comecei a tocar mais ele, nas festa”, contou o sanfoneiro paraibano Mózó da Ambulância, em entrevista con-

cedida à autora. Sobre a conciliação entre a arte e o trabalho que garante a subsistência: “A atividade deles era a roça e a música”, Zé Viana lembra a rotina do pai e dos irmãos. Sobre o mercado musical: “Por mais de um ano, toquei, com licença da palavra, nas boites. Naquela época, a gente só arranjava pra tocar, na noite, assim nos cabarés”, disse o cearense Tonicão de Sobral, que tempos depois fez apresentações musicais nos Estados Unidos, Itália, Portugal e Espanha.

Ao adentrar no universo da sanfona, a autora convida o leitor a passear também pelos caminhos das definições de termos e expressões relativos a instrumentos e gêneros musicais. Estão lá enunciados sobre acordeão, concertina, sanfona, triângulo, pandeiro e zabumba, resultado de pesquisa em dicionários especializados. Constam também definições para arrasta-pé, baião, forrobodó, marcha, mazurca e schottische. A leitura das definições indica as origens das práticas culturais, mostrando que o mundo da sanfona está relacionado, por diferentes caminhos, com outros mundos.

A palavra escocesa “schottische”, por exemplo, foi aportuguesada para fazer referência ao nosso xote, ou xótis. Originalmente dá nome a uma dança de roda como a polca,

porém mais lenta. Por volta de 1850, época do Império, o estilo alcançou sucesso no Brasil. Um dicionário citado diz: “abrasileirou-se a tal ponto que no Nordeste brasileiro, executado por sanfonas em bailes populares, mudou o nome para ‘xótis’”.

Nesse momento, Sulamita Vieira observa a limitação da bibliografia. E indica lacunas. Em algumas publicações, Luiz Gonzaga não constitui verbete, porém constam nomes da música européia. Se esses dicionários especializados se propõem a apresentar as palavras próprias da língua falada pela nação, a autora questiona de que nação estão falando. Os conceitos e as palavras estão associados a determinados lugares sociais, explica. E as definições encontradas se mostram pouco flexíveis, não dando conta das variações e da diversidade de apropriações existentes.

A pesquisa de Sulamita Vieira continua com a realização de novos registros biográficos de velhos sanfoneiros, de suas relações com as festas, com a música, com as heranças musicais de antepassados. O estímulo para seguir está em seu interesse pela dinâmica da cultura, guiado pela trilha sonora do sertão. A autora também publicou, em 2000, “O sertão em movimento: a dinâmica da produção cultural”, editado pela Annablume. 

O livro reúne narrativas de velhos sanfoneiros coletadas em mais de três anos de pesquisa. O papel destes artistas populares na sociedade brasileira é a principal questão do trabalho recém-lançado



# O planeta s

Pesquisadores apontam os efeitos do aquecimento global para a realidade

Se ainda falta consenso dentro da própria comunidade científica nacional e internacional sobre o aquecimento global e as reais conseqüências da emissão de gases de efeito estufa, imagine quando as discussões se voltam para possíveis efeitos locais. Dissensos, divergências e controvérsias à parte, a maioria das reflexões e estimativas não são meras especulações.

O mais recente e contundente estudo divulgado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), em fevereiro último, associa as ações do homem ao aquecimento global, além de identificar aumento de temperaturas e elevação do nível dos oceanos e projetar mais variações climáticas caso não sejam adotadas medidas para prevenir e combater o aquecimento.

Em igual nível de importância para a realidade brasileira, um estudo coordenado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) foi apresentado também no fim de fevereiro. Os pesquisadores locais analisaram, em 2005 e 2006, as mu-

danças climáticas no Brasil dos últimos 50 anos, período em que a temperatura média do País aumentou 0,7°C e a temperatura mínima subiu 1°C.

Além de identificarem manifestações já em andamento, os pesquisadores do Inpe projetaram um cenário de alterações no clima para até o fim deste século. “O nível do mar já está subindo”, exemplifica Carlos Nobre, doutor em Meteorologia e pesquisador do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Inpe.

O estudo mostra o possível impacto do aumento das temperaturas nas regiões brasileiras e conclui que os principais alertas são para o Norte e o Nordeste. Na região nordestina, além de um possível aumento na temperatura de 2,2°C a 4°C, o volume de chuvas poderia diminuir em torno de 15%, havendo intensificação das secas. “Isso é muito preocupante por se tratar de uma região do semi-árido onde a disponibilidade de água já causa uma série de problemas”, observa ele.

Para as cidades litorâneas em geral, a exemplo de Fortaleza, a elevação do nível do mar deverá exigir um conjunto de medidas de engenharia e adaptação arquitetônica e urbanística ao longo da costa. “A vulnerabilidade social é imensa. Com o nível do mar subindo, todas as cidades litorâneas devem se preparar. A projeção para o aumento do nível do mar é de 30% a 60%, isso não é pouco”, destaca o pesquisador. A elevação do nível do mar poderia chegar a meio metro neste século, afetando diretamente mais de 40 milhões de pessoas.

As projeções feitas pelo grupo do Inpe ganham eco entre estudiosos e pesquisadores cearenses. “É possível que especialmente o aumento da temperatura e o avanço dos oceanos sejam mais e mais percebidos em nossa região nas próximas décadas”, concorda Alexandre Araújo Costa, gerente do Departamento de Meteorologia e Oceanografia da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme).

# ob pressão

idade local e propõem alternativas para evitar uma catástrofe iminente

Ainda não é possível afirmar ou negar que manifestações já recorrentes na costa cearense, como o avanço do mar sobre barracas e habitações praianas, sejam em consequência do aquecimento global, mas também não dá para descartar. “O próprio IPCC estima que, ao longo do último século, a elevação do nível dos oceanos foi, em média, de 17 centímetros, sendo três centímetros somente na última década”, argumenta Costa. “Como o ritmo está mais acelerado, é quase certo que o problema, que surge da combinação do efeito global com processos costeiros locais, se agravará”, acrescenta.

Da mesma forma, ainda não há pesquisas que relacionem, por exemplo, a sensação de calor crescente em Fortaleza, nos anos mais recentes, com o aquecimento provocado pela emissão de gases de efeito estufa. Mas diante do aumento de temperaturas já constatado e projetado pelos estudos climáticos, as previsões são de alterações nos ecossistemas locais com des-

conforto para a população ano após ano. “As alterações favorecerão um clima mais seco, redução das precipitações e alterações na biomassa – cobertura vegetal e diversidade de animais”, avalia Jeovah Meireles, professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará.

Segundo o professor, com temperaturas mais elevadas, alternância entre períodos longos de seca e de chuvas torrenciais e solos mais desprotegidos, haveria mais erosão e assoreamento de rios. Assim, ele acredita que não seriam necessárias grandes precipitações para elevar a frequência de inundações, afetando com maior intensidade Fortaleza e demais cidades ribeirinhas.

“Essas consequências são potencializadas pelo processo de desertificação que passa o Ceará”, conclui Jeovah Meireles, cuja tese de doutorado, desenvolvida na Universidade de Barcelona (Espanha), definiu vários indicadores relacionados ao nível do mar e alterações climáticas ao longo

da zona costeira cearense, levantados por meio de mapas geológicos e geomorfológicos, entre outras fontes de estudo.

## Erosão contínua e duradoura da costa

Com a elevação do nível do mar, a erosão na zona de praias é uma das consequências previstas do aquecimento global. “As praias serão submetidas a processos erosivos contínuos e duradouros. Com a ocupação das dunas, através da expansão das cidades litorâneas e construções de hotéis, degradação das falésias e desmatamento do manguezal, as consequências da erosão costeira serão catastróficas, pois grande parte dos núcleos urbanos ao longo de nosso litoral e da cidade de Fortaleza está disposta muito próxima da faixa de praia”, aponta o professor do Departamento de Geografia da UFC, Jeovah Meireles.

De acordo com ele, os efeitos já podem ser observados em grandes trechos do litoral submetidos à erosão, agravados pela ocupação de dunas, falésias e manguezais

Os 20 países mais desenvolvidos do mundo, entre eles Estados Unidos, Japão e Alemanha, são responsáveis pela emissão de 70% dos gases de efeito estufa produzidos no planeta



que compromete a função desses sistemas de barrar o avanço do mar. “O conjunto de conseqüências coloca em risco a sobrevivência de grande parte da população da zona costeira e do semi-árido, pois interfere diretamente nas atividades de subsistência, a agricultura e a pesca”, deduz.

Em função do aumento do nível das águas oceânicas, ele considera que a ocupação das dunas e praias e o desmatamento do manguezal potencializarão as conseqüências erosivas e de degradação das cidades litorâneas, em médio prazo. “Como o litoral cearense é privilegiado por deter um dos maiores campos de dunas do País, os efeitos da subida do nível do mar poderão ser minimizados, em relação aos outros setores do litoral brasileiro, mas faz-se necessário preservar os campos de dunas, manguezais e falésias”.

### Mudanças globais aumentam áreas de mangue

O crescimento das áreas de mangue no Nordeste nas últimas três décadas está, provavelmente, relacionado com mudanças climáticas globais. É o que aponta um estudo realizado, entre 2005 e 2006, sob a coordenação do pesquisador do Instituto de Ciências do Mar (Labomar) da Universidade Federal do Ceará, Luiz Drude de Lacerda. O mapeamento de 51 áreas de mangue do Piauí à Paraíba identificou um crescimento entre 30% e 40% em relação ao estudo de 1978, o mais completo até então, realizado pelo Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (USP).

Em cerca de 30 anos, as áreas de mangue cresceram entre 150 e 180 quilômetros quadrados. A surpresa maior foi que grande parte desse crescimento – de 80 a 100 quilômetros quadrados – aconteceu em áreas sem qualquer intervenção humana. “A única explicação que temos para isso é que, além das mudanças regionais, há efeitos de mudanças globais. Os dados do Inpe e do IPCC sugerem aumento das condições de seca no Nordeste, ou seja, diminuição do fluxo de água doce para o oceano e conseqüente aumento da salinização das áreas para onde o mar está avançando, aumentando a área sob situação estuarina, criando área de mangue”.

argumenta Luiz Drude. Os estuários são ecossistemas de transição entre o continente e o oceano, áreas de encontro dos rios com o mar.

O pesquisador do Labomar observa que esse crescimento é, na verdade, uma faca de dois gumes. Enquanto favorece o extrativismo de crustáceos, como caranguejo, siri e sururu, e produz nutrientes para a fauna marinha, contribuindo indiretamente para o incremento da pesca, o aumento das áreas de mangue possibilita a salinização de lençóis freáticos comprometendo a utilização de água doce que serviria para o abastecimento humano e o próprio uso do solo para outras atividades, inclusive o pasto de animais. “Quando aumenta a área de mangue, não aumenta só a vegetação, mas o ecossistema como um todo é alterado, inclusive acumulando substâncias contaminantes, poluentes orgânicos e inorgânicos”.

### **Agravamento com as ilhas urbanas de calor**

Para um leigo, a expressão “ilhas urbanas de calor” talvez não diga muito. Ela se refere, na verdade, a áreas sob efeito de mudanças climáticas locais causadas por intervenções humanas, como o crescimento vertical desordenado e o excesso de poluição do ar e de pavimentação asfáltica. Entre as conseqüências, a formação de barreiras de vento e a impermeabilização do solo, tornando as cidades quentes. É provável, portanto, que a sensação de calor nos centros urbanos tenha uma relação direta com a formação dessas “ilhas”, o que só agravaria os efeitos térmicos do aquecimento global.

“Por vezes, não é fácil distinguir, tomando-se apenas uma região isoladamente, efeitos do microclima local, efeitos da mudança climática e a variabilidade natural, ou seja, as flutuações naturais no clima de um ano para o outro. Mas é um fato que as medidas de temperatura em Fortaleza, nos últimos anos, especialmente em dezembro e janeiro (os meses mais quentes), têm se apresentado sistematicamente acima da média histórica das décadas de 1960 a 1990”, aponta Alexandre Araújo Costa, gerente do Departamento de Me-



teorologia e Oceanografia da Funceme, tomando como base dados do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet).

O pesquisador da Funceme observa que, como tais diferenças se evidenciam também em outros pontos de medida fora da zona urbana, é razoável descartar que elas se devam somente à “ilha urbana de calor”. “Há, sim, vinculação com o aquecimento global”, afirma Alexandre Costa, ressaltando que as projeções do IPCC não deixam dúvidas sobre a tendência de que o efeito global se sobreponha ao clima local, urbano, e à variabilidade climática natural. “As previsões são de que, somente devido ao aquecimento global, a temperatura média sobre o Nordeste cresça de quase um grau a mais já nos próximos 20 anos”.

A verdade é que áreas que se constituíram como “ilhas urbanas de calor” tendem a sofrer mais as conseqüências do aquecimento global. “As cidades que já se tornaram mais quentes com a verticalização, o asfalto e a degradação dos ecossistemas urbanos terão baixíssimos índices de qualidade de vida, tornando-se insustentáveis para a maioria dos habitantes”, alerta o professor do Departamento de Geografia da UFC, Jeovah Meireles.

Em Fortaleza, a ocupação das dunas da Praia do Futuro e das margens do Rio Cocó, por exemplo, barra os ventos alísios de Leste e Nordeste, justamente os mais intensos e que amenizam o clima da cida-

**Cidades que se tornaram mais quentes em virtude de processos como a verticalização desordenada podem vir a sofrer mais com o aquecimento global. Na imagem, paredão de prédios na Av. Beira-Mar, em Fortaleza**

de, proporcionando conforto térmico. “A médio e longo prazos, este calor, acumulado com o aquecimento global, gerará uma forte onda de calor aprisionada na cidade, uma vez bloqueado o acesso dos ventos para o interior da cidade, com a ocupação das dunas e do leito dos rios”, explica Jeovah Meireles.

Para o professor do Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental da UFC, Horst Frischkorn, também um estudioso das questões climáticas, a construção desenfreada de prédios na avenida Beira-Mar causa muito mais efeitos na cidade que o aquecimento global. “Até agora, isso é muito mais drástico. A cidade faz o seu próprio clima, independentemente do todo”, pondera.

O pesquisador do Departamento de Meteorologia e Oceanografia da Funceme, Raul Fritz, explica que as temperaturas em Fortaleza na época que antecede o período de chuvas apresentam uma maior elevação do que no resto do ano e, como há uma redução na intensidade dos ventos e um relativo crescimento da umidade do ar, a sensação de calor aumenta.

O investimento em energias limpas, como a solar e a eólica, são apontadas como alternativas ao uso de combustíveis fósseis



“Mas é certo que a intensa urbanização, com paredões de prédios dificultando a circulação dos ventos, com o asfaltamento progressivo da cidade, com os gases lançados pelo grande e crescente número de veículos trafegando, pode favorecer, em alguns locais da urbe, um incremento na sensação de calor, sem que esta seja decorrente de possíveis efeitos de aquecimento global”, acrescenta Raul Fritz.

### As controvérsias do aquecimento

Muito tem se falado do aquecimento global, mas as avaliações e projeções ainda dividem os especialistas. Até mesmo o que aponta o conceituado Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) é motivo de divergências. O painel foi estabelecido, em 1988, pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e a Organização Mundial de Meteorologia (OMM).

Algumas previsões feitas pelo IPCC são tidas como catastróficas por grupos de estudiosos que fazem análises mais conservadoras sobre o aumento das temperaturas e a elevação do nível dos oceanos. Apesar das diferenças de avaliação, o alerta é quase geral. Ondas de calor, derretimentos de geleiras, enchentes, tempestades, furacões, secas, incêndios florestais seriam conseqüências – atuais ou futuras – do aquecimento.

“Parte dos efeitos do aquecimento global já é perceptível em diversas regiões do planeta, como as ondas de calor nos verões europeus, a significativa redução da cobertura de gelo no Ártico e sobre

cadeias de montanha no mundo todo e a mudança nas estatísticas de ocorrência de furacões”, afirma o gerente do Departamento de Meteorologia e Oceanografia da Funceme, Alexandre Costa.

O pesquisador também da Funceme, Raul Fritz, lembra que, com o aquecimento global, o que se prevê é uma elevação do nível de chuvas, mas em algumas regiões, pode acontecer o inverso, ou seja, a redução da pluviosidade.

Para o professor Horst Frischkorn, como o clima tem um comportamento “caótico e imprevisível”, as chuvas também seguem esse comportamento, dificultando afirmar categoricamente que as alterações de pluviosidade sejam em conseqüência do aquecimento global.

“Como identificar o evento e associar a uma causa se de um ano para o outro a pluviosidade e a temperatura se alteram? É impossível então associar com certeza”, questiona. Segundo Frischkorn, a verdade é que o fenômeno do aquecimento global não é tão claro como os estudos fazem crer. “É muito arriscado atribuir o avanço do mar ao aquecimento global”, diz.

Coeditor de um trabalho, publicado em 2003, sobre disponibilidade de água e vulnerabilidade de ecossistemas e sociedades no semi-árido do Nordeste do Brasil, Horst Frischkorn observa que os modelos computacionais utilizados variam muito entre si. Dois deles, considerados de referência, revelam informações díspares. O trabalho apresenta, por exemplo, uma projeção de redução de 26% da pluvio-

sidade para o Ceará e o Piauí até 2050, segundo o modelo mais plausível, mas um outro prevê um aumento de cerca de 11% das precipitações no mesmo período.

### O mundo quente como uma estufa

De um modo geral, as mudanças climáticas estão relacionadas principalmente com a exploração e uso de energia tendo os combustíveis fósseis como matéria-prima, por meio da queima de carvão, petróleo e gás, produzindo dióxido de carbono, metano, óxido nitroso, hidrofluorcarbonos, perfluorcarbonos e hexafluoreto, gases de efeito estufa e conseqüente aquecimento global.

“Podemos resumir que nossos grandes inimigos são o dióxido de carbono, proveniente da queima de combustíveis, o metano, produzido largamente pela atividade pecuária e o óxido nitroso, gerado pelo uso de fertilizantes”, acrescenta Alexandre Costa.

O planeta tem um processo próprio de aquecimento, por meio de gases de efeito estufa que absorvem a radiação infravermelha. Sem esse efeito estufa natural, a Terra seria muito fria, com temperaturas bem abaixo de 0°C. Mas o que tem ameaçado o planeta é o chamado efeito estufa antrópico, ou seja, produzido pela ação do homem.

A concentração dos gases está aumentando na atmosfera, fazendo com que a absorção dos raios infravermelhos também aumente, provocando o aquecimento global. Os gases de efeito estufa são assim denominados porque o processo de aquecimento se assemelha ao de uma estufa, que deixa a luz do Sol passar, mas impede a saída da radiação infravermelha.

Os países desenvolvidos e em desenvolvimento são os que têm mais contribuído para a emissão de gases de efeito estufa, em função do intenso processo de industrialização. Um grupo dos 20 países, tendo à frente, nessa ordem, os Estados Unidos, o Japão e a Alemanha, é responsável por mais de 70% das emissões globais dos gases.

As emissões brasileiras são pequenas em comparação com esse grupo de países e estão mais relacionadas ao desmatamento e às queimadas, sobretudo na região da Amazônia, ao setor energético e à pecuária. O Inventário Nacional das Emissões



**Professor Jeovah Meireles, do Departamento de Geografia da UFC: a ocupação irregular de dunas e mangues e construções à beira de rios impedem a circulação de ventos para o interior da cidade**

agricultura”, lista Alexandre Costa.

“Como indivíduos, podemos fazer nossa parte, evitando o uso perdulário dos recursos naturais, economizando água, energia, dividindo e reciclando o lixo. Damos também uma contribuição ao reduzirmos o consumo de carne bovina. Por último, mas não menos importante, temos de privilegiar o transporte limpo, caminhando e pedalando sempre que possível, usando o transporte público e substituindo automóveis de grande cilindrada a diesel e gasolina por carros menores movidos a biocombustível (como o álcool) ou outras tecnologias limpas que hão de chegar ao mercado. Isso é crucial, pois é injustificável a quantidade de combustíveis fósseis queimada no transporte individual de luxo”, acrescenta Alexandre Costa.

Jeovah Meireles, chama a atenção também para a questão da agricultura, principalmente a atividade voltada para o biodiesel. “É importante discutir com profundidade e com ampla participação da sociedade os efeitos das extensas plantações de monocultura previstas na “corrida” ao biocombustível proveniente da mamona”, pontua. Ele sugere investimentos em programas de agricultura familiar,

reforma agrária e demarcação de terras indígenas e tradicionalmente ocupadas por pescadores ribeirinhos como ações para manter o homem no campo e evitar superpopulações na zona costeira e nos centros urbanos.

O professor defende ainda que estados e municípios desenvolvam políticas socioambientais visando à proteção dos sistemas ambientais amortecedores do aquecimento global, principalmente os que se relacionam com a revitalização da mata ciliar – a vegetação à margem de rios e mananciais. Além de programas efetivos de educação ambiental para a sustentabilidade, principalmente para a redução do consumo excessivo de produtos que geram efeitos danosos ao meio ambiente.

Entre as sugestões apresentadas pelo professor Horst Frischkorn, está a preservação dos recursos hídricos e das áreas verdes. “A redução de calor causada por uma árvore é proporcional ao que faz um aparelho de ar condicionado”, compara. Igualmente, segundo ele, é o efeito térmico de uma lagoa ou de um açude sobre o espaço onde existem.

O professor acrescenta ainda que ações para barrar a construção civil desenfreada e a ocupação de áreas costeiras são importantes contribuições para contrabalançar possíveis efeitos locais do aquecimento global. “Como sempre, os mais fracos e pobres tendem a sofrer mais os impactos”, observa. O aquecimento global é uma questão ambiental profundamente ligada a uma questão social. ☺

de Gases de Efeito Estufa, um registro periódico e sistemático da situação que cada país deveria fazer, foi lançado no Brasil no fim de 2004 e apontou que o desmatamento da Amazônia responde por três quartos das emissões brasileiras.

A pecuária é uma das maiores fontes de emissão de gás metano para a atmosfera e o Brasil possui o maior rebanho bovino comercial do mundo. O processo de formação do gás se dá durante a digestão de animais ruminantes, a exemplo dos bovinos, ovinos e caprinos. O metano, subproduto do processo digestivo, é liberado para a atmosfera por meio da flatulência e eructação dos animais.

### **Para reduzir os danos**

Iniciativas individuais e coletivas, nas esferas públicas e privadas, em níveis de governo e de sociedade. As ações para reduzir a emissão de gases de efeito estufa e minimizar as conseqüências do aquecimento global não devem ser pontuais nem isoladas e exigem o envolvimento de todos.

“É preciso apoiar políticas públicas que favoreçam energias limpas (eólica, solar), incentivem formas alternativas de transporte (transporte coletivo, uso de bicicletas), evitem a queima de combustíveis fósseis (petróleo e derivados, carvão, gás natural), combatam o desmatamento e queimadas e reformulem a base da produção agrícola, com o grande rebanho bovino e o uso maciço de fertilizantes na



**A redução do consumo de carne também é apontada como necessária, uma vez que a pecuária é uma das maiores fontes de emissão de gás metano para a atmosfera**

No filme de Helvécio Ratton, que estréia em abril, Frei Tito é interpretado pelo ator Caio Blat (à direita)

# Para não esquecer

Filme, biografia e pesquisa colocam em primeiro plano a figura do cearense Frei Tito de Alencar. Vítima da ditadura e símbolo da resistência, sua figura invoca a defesa da democracia e a necessidade de se conhecer nossa história

Por Ana Cesaltina

*Quando secar o rio de minha infância  
secará toda dor.  
Quando os regatos límpidos do meu ser  
secarem, minha alma perderá sua força.  
Buscarei, então, pastagens distantes  
- lá onde o ódio não tem teto para repousar.  
Ali erguerei uma tenda junto aos bosques.  
Todas as tardes me deitarei na relva,  
e nos dias silenciosos farei minha oração.  
Meu eterno canto de amor:  
expressão pura de minha mais profunda  
angústia.  
Nos dias primaveris, colherei flores  
para meu jardim da saudade.  
Assim, externarei a lembrança de um  
passado sombrio.*

*Frei Tito  
Paris, 12 de outubro de 1972*

A participação dos frades dominicanos na resistência à Ditadura Militar brasileira no final dos anos 60, contada no livro “Batismo de Sangue”, foi adaptada para o cinema e será nacionalmente exibida a partir abril. O livro de frei Betto narra, em

primeira pessoa, episódios que envolvem o apoio dado por ele e os frades Oswaldo, Fernando, Ivo e Tito ao grupo guerrilheiro Ação Libertadora Nacional (ALN), comandado pelo ex-deputado federal baiano Carlos Mariguella. No filme, a história é contada em torno da figura do cearense Tito de Alencar Lima.

A mudança de ponto de vista é justificada pelo diretor, produtor e também roteirista do filme, Helvécio Ratton. “Dos cinco frades, a história de Tito e seu sofrimento psíquico foi a que mais me marcou. Ele foi o único que não teve a chance de recomeçar”, disse Ratton à reportagem de *Universidade Pública*.

O cineasta mineiro conheceu frei Tito no Chile, em 1971, quando também esteve exilado. Guarda na memória a expressão de sua firmeza. O propósito do filme, explica, é a desconstrução de um gesto. “É tentar entender o percurso que o levou ao suicídio”.

Nascido em 1945, frei Tito viveu em Fortaleza até 1963, quando assumiu a di-

reção da Juventude Estudantil Católica (JEC) e foi morar em Recife. O ingresso na Ordem dos Dominicanos o levou a Belo Horizonte em 1966 e a São Paulo no ano seguinte. A primeira prisão ocorreu em outubro de 1968, ano do AI-5, pela acusação de participar da organização de um congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna, São Paulo.

O filme “Batismo de Sangue” conta os piores momentos do martírio de frei Tito que tiveram início na madrugada de 4 de novembro de 1969, quando a equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury invadiu o convento dos dominicanos em Perdizes, São Paulo, e o levou preso. Ele foi terrivelmente torturado nos porões da Operação Bandeirantes (Oban). A libertação e o exílio vieram com seqüestro do embaixador suíço no Brasil, que exigiu a libertação de setenta presos políticos, em dezembro de 1970.

Mesmo no exterior, frei Tito não conseguiu ficar livre de seus algozes. Era atormentado por suas ordens. O suicídio foi o caminho para a liberdade. “É melhor

morrer do que perder a vida”, escreveu Tito num cartão que marcava seus livros. Em 10 de agosto de 1974, seu corpo foi encontrado suspenso por uma corda nos galhos de um álamo nas proximidades de Arbresle, sul da França. Lá foi sepultado. Seus restos mortais foram trazidos a Fortaleza em março de 1983.

O passado de militante do cineasta Helvécio Ratton o incitava a contar uma história daquele período. Em 2002, quando foi reeditado “Batismo de Sangue”, Helvécio recebeu de presente do amigo frei Betto um exemplar com a seguinte dedicatória: “Helvécio, coragem! A realidade extrapola a ficção”. Era o impulso que faltava.

Mas o filme não poderia ser panfletário, diz o diretor. Por isso, procurou alguém mais jovem, que não viveu aquele momento político, para fazer o contraponto na construção do roteiro. A tarefa foi dada à paulista Dani Patarra. O distanciamento cronológico também contribuiu “para fazer um filme com mais verdade”, considera.

A verdade procurada por Helvécio Ratton era o peso da tortura sobre aqueles homens. Por isso as cenas de violência constituem parte da estrutura dramática do filme. Mostram, do ponto de vista do torturado, o método usado para arrancar informações. “Quis contar essa história com muito realismo. Se eu retratasse aquele processo de forma leve, poupando o espectador, passaria a impressão de que eles haviam cedido ao primeiro tapa, o que seria um desrespeito”.

O diretor conta que o público se emocionou bastante nas duas exibições já realizadas – em Brasília e em Tiradentes. “Tudo isso é importante inclusive para que valorizemos mais a democracia. Principalmente os jovens.” O filme ganhou prêmios de melhor diretor e melhor fotografia no 39º Festival de Brasília, em novembro passado.

## E a tortura persiste

Frei Tito tornou-se símbolo dos movimentos em prol dos direitos humanos, tanto no Brasil como no exterior. O reconhecimento internacional veio com a divulgação do relato das torturas sofridas na Oban, escrito por ele ainda na prisão e

publicado em revistas internacionais.

Manter viva a história de frei Tito é alimentar a reflexão sobre os direitos humanos hoje, defende o professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará e diretor do Museu do Ceará, Régis Lopes. Ele coordena na UFC um projeto de pesquisa sobre as memórias do frei. “As questões que ele enfrentou em vida - a repressão e as torturas – continuam ocorrendo. Os presos continuam sofrendo maus tratos nas delegacias. Pensar sobre a história de frei Tito leva a percepção de que o mundo que foi denunciado por ele, de desigualdades, continua existindo”, afirma Régis Lopes.

O próprio governo brasileiro considera a prática de tortura em suas instituições um grave problema a ser enfrentado. O tema tornou-se política pública. O coordenador-geral da Comissão Permanente de Combate à Tortura e à Violência Institucional da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Pedro Montenegro, diz que a tortura é um fenômeno persistente, praticada principalmente com a finalidade de obter confissão ou impor castigo ao preso. “A tortura solapa a credibilidade das instituições públicas. Por isso está sendo implantado em todos os Estados brasileiros o Plano de Ações Integradas para Prevenção e Controle da Tortura no Brasil”, explica.

O Estado brasileiro reconheceu a responsabilidade pela morte de frei Tito em agosto de 2004, por solicitação da família. O suicídio foi considerado consequência das torturas e perseguições sofridas durante a Ditadura Militar. O ex-secretário nacional de Direitos Humanos, Mário Mamede, considera o caso uma vitória especial porque a situação do suicídio fora do território brasileiro dificultava a comprovação do “nexo de causalidade”. Tito viveu a terrível profecia de um de seus torturadores, o capitão Albernaz. “Se não falar, será quebrado por dentro. Pois sabemos fazer as coisas sem deixar marcas visíveis. Se sobreviver, jamais esquecerá o preço de sua valentia”.

## Frei Tito em Fortaleza

A história de frei Tito será projetada em telas de cinema da cidade a partir de

abril. Mas há um espaço permanentemente aberto, no Museu do Ceará, àqueles que queiram saber mais sobre sua história. O Memorial Frei Tito foi criado por Régis Lopes, com o apoio de Lucia Alencar, sobrinha de frei Tito. Ela mobilizou a família para a doação das peças que compõem o acervo. Entre os objetos expostos estão a máquina de escrever que ele ganhou da irmã Nildes antes de partir para o exílio, seu rosário de madeira que o acompanhava na França, uma Bíblia em francês com seus grifos, os óculos usados por Tito no período que antecedeu sua morte.

O que ainda há para ser dito sobre a vida de frei Tito? A pergunta norteia a pesquisa da jornalista e escritora Socorro Acioli, que pretende lançar sua segunda biografia sobre ele no ano que vem. A pesquisa foi iniciada em 2000 para escrever “Frei Tito”, lançado pelas Edições Demócrito Rocha, em 2001. Para o segundo livro, a autora pretende usar o material coletado, mas não incluído na primeira biografia por restrição de espaço, além das informações colhidas depois.

Atualmente Socorro Acioli busca financiamento para avançar a pesquisa. “Ainda quero ouvir pessoas que conviveram com Frei Tito em momentos cruciais da vida dele, aqui, em Recife, em Belo Horizonte, no presídio, na França. Muitas pessoas me procuram para falar sobre o assunto. Cheguei a receber uma carta de um amigo que almoçou com ele na véspera da tortura. São informações preciosas e inéditas. Gostaria muito de seguir o caminho de Frei Tito, fisicamente, para compreender melhor o que aconteceu”, explica a autora. ☺

O livro de Frei Betto, que inspirou as filmagens, narra o martírio do religioso cearense





O Hospital Universitário Walter Cantídio é o que mais forma médicos. Atualmente 150 profissionais são treinados em 32 cursos credenciados

# Residente, o médico-aprendiz

Muitos desconhecem que a formação médica ultrapassa os seis anos de graduação do curso de Medicina. Depois de formados, os profissionais passam pela residência médica que pode se estender de dois a cinco anos. UP conferiu a rotina de médicos rumo à especialização

Após cinco anos na graduação do curso de Medicina da Universidade Federal do Ceará, Mariana Siqueira Pimenta Cruz recebeu o diploma de médico em 2003. Fez então sua inscrição junto ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará. Formalmente estava pronta para o exercício da profissão. Como muitos dos médicos recém-formados, ela foi atuar como médica de família em uma unidade básica de saúde do interior. “Eu senti muito a necessidade de estudar clínica e de ter um apoio para definir as condutas. A experiência só me deixou mais ansiosa para iniciar logo a residência médica”. Ela se refere a uma modalidade de especialização *lato sensu* destinada a médicos, caracterizada pelo treinamento em serviço.

O diretor da Faculdade de Medicina da UFC, Henry de Holanda Campos, explica que a graduação dá ao profissional uma visão geral da Medicina: a compreensão dos problemas de saúde mais frequentes na população, do processo saúde-doença, da realidade social e dos aspectos éticos que envolvem a atuação profissional. A residência médica tem outra função, é uma segunda etapa de formação, em que haverá o aprofundamento de conhecimentos e habilidades no campo de uma das 55 especialidades médicas.

A residência médica foi instituída por decreto em setembro de 1977. Desde então, instituições de saúde, universitárias ou não, credenciadas pela Comissão Nacional de Residência Médica, recebem profissionais para programas de treinamento sob a supervisão de médicos especialistas. Os cursos podem durar de dois a cinco anos, a depender da especialidade. O Hospital Universitário Walter Cantídio, da UFC, é a instituição que mais forma médicos especialistas no Estado. Atualmente treina 150 profissionais em 32 cursos credenciados.

Para ser admitido em programas de residência, o profissional passa por um processo de seleção estabelecido pela instituição de saúde e aprovado pela Comissão Nacional de Residência Médica. Cursos de especialidades como Dermatologia, Oftalmologia e Psiquiatria, dentre outras, caracterizam-se pelo acesso direto. Já programas como os de Cancerologia, Car-

diologia e Cirurgia Especializada exigem outras residências como pré-requisito.

Mariana Cruz escolheu a Dermatologia como área de atuação. Para isso, cursou dois anos de Clínica Médica no Hospital Geral de Fortaleza, da rede estadual, já que em 2004 a formação do dermatologista ainda exigia esse pré-requisito. Em 2006, ela ingressou na residência em Dermatologia do Hospital Universitário Walter Cantídio, da UFC.

Para isso, foi necessária muita dedicação. A residência médica em Dermatologia da UFC está entre as mais concorridas do Estado, com duas vagas para 60 inscritos no último processo de seleção. “Pensar na concorrência foi uma das dificuldades para fazer a opção. Foram necessários muito esforço e abdicção de vida social”, lembra a residente.

A rotina profissional fez Mariana Cruz decidir pelo ingresso no curso de Dermatologia, alcançado já na primeira tentativa. Ela observa que o médico dessa área atua tanto no campo clínico quanto cirúrgico e o cotidiano de trabalho não inclui plantões. “A possibilidade de ter qualidade de vida é um atrativo”, diz.

A ampliação do campo de atuação do dermatologista, principalmente na medicina estética, também é responsável pela grande procura de profissionais por essa especialidade, considera o supervisor da residência em Dermatologia do Hospital Universitário Walter Cantídio, José Wilson Accioly Filho.

O médico residente dedica 60 horas semanais ao treinamento em serviço, em que podem ser incluídas 24 horas de plantão. Aluna do segundo ano de residência em Dermatologia, Mariana Cruz realiza atendimentos ambulatoriais e pequenos procedimentos cirúrgicos, sempre com a supervisão de um preceptor. “No início, os professores fazem as cirurgias e nós auxiliamos. Depois invertemos os papéis”, explica. No primeiro ano, sua rotina incluía a visita a pacientes internados na enfermaria e consultas.

A avaliação do profissional em treinamento pode ser feita por meio de provas ou por verificação de desempenho. Além das habilidades técnicas, são observados

o comportamento ético, relacionamento com a equipe e com os pacientes e os interesses pelas atividades. A promoção para o ano seguinte de residência e a obtenção do certificado de conclusão dependem do cumprimento integral da carga horária e do desempenho nas avaliações. Para ter o título de especialista, o residente precisará ainda, ao término do curso, se submeter à prova de título aplicada pela sociedade que agrega a categoria.

A remuneração pelo serviço prestado é feita por meio de uma bolsa fixada nacionalmente em R\$ 1.916,45. Apesar de o valor da bolsa ser determinado pelo Governo Federal, elas são pagas geralmente com recursos das instituições de saúde, sejam federais, estaduais, municipais ou da iniciativa privada. No caso do Hospital Universitário Walter Cantídio, as bolsas são pagas pelo Ministério da Educação.

O valor atual da bolsa é resultado de um reajuste de 30% reivindicado pelo movimento nacional de médicos residentes e obtido em dezembro do ano passado. Como as atividades do residente são determinadas por lei, inclusive o valor da bolsa, o movimento organizou uma paralisação nacional para pressionar o governo e conseguir o aumento.

De acordo com a Associação Nacional dos Médicos Residentes, dos cerca de 17 mil médicos residentes do País, aproximadamente 80% aderiram à greve em 19 Estados, inclusive no Ceará. No Hospital Universitário Walter Cantídio, a maioria deles paralisou suas atividades. A residente Mariana Cruz conta que no atendimento do ambulatório de Dermatologia todos os colegas aderiram à greve. “O atendimento não parou porque os professores e os internos continuaram trabalhando. Mas é uma reivindicação justa. Muita gente dá plantão em fim de semana, ou mesmo plantão noturno, e vem direto para residência no dia seguinte. O resultado é queda no rendimento”, conta.

O presidente da Associação Nacional de Médicos Residentes, Daniel da Silva Filho, diz que o valor ainda está defasado se considerados os cálculos feitos, com base no IGPM, para os cinco anos sem aumento. A entidade pede ainda mais

A médica Andréia Martins (no centro da foto) está no terceiro ano de residência em cirurgia no HUWC, onde já realiza procedimentos de médio porte. A experiência, diz, lhe deu mais autonomia

estrutura para as comissões estaduais de residência médica que avaliam os cursos e vantagens para os profissionais responsáveis pela preceptoría.

### A relação com o preceptor

O preceptor tem ativa participação na construção dos conhecimentos e habilidades do médico residente. Nesse processo, inevitavelmente ocorre a reflexão sobre a prática. O aprendizado toma via de mão-dupla. “A presença do residente em uma instituição é sinal de aprimoramento. Porque não há maior fator de desenvolvimento que a relação de aprendizado. É assim com a residência médica e com qualquer outra atividade”, diz Salustiano de Pinho Pessoa, presidente em exercício da Comissão Estadual de Residência Médica do Ceará e coordenador geral da residência do Hospital Universitário Walter Cantídio.

Os pacientes sentem, inclusive, a diferença na qualidade da assistência prestada, considera o coordenador, tanto porque o estudante em geral, colabora com seu interesse de aprendizagem, quanto porque os professores se empenham em observar e cobrar o rigor nas condutas empregadas.

Como médico, portador de um registro profissional, o residente é responsável por seus atos. No entanto, a situação de médico-aprendiz requer o aval do professor para todas as condutas. Nessa situação, temos uma responsabilidade compartilhada, explica Salustiano de Pinho Pessoa.

A necessidade de formação, aliada à falta de normatização, fez com que o treinamento em serviço se configurasse inicialmente como exploração de mão-de-obra barata, conta. A situação mudou com a Lei nº 6.932, de 1981, que estabeleceu as atividades do médico residente, determinou



a necessidade de supervisão e programou avaliações periódicas dos cursos.

A médica Andréia Silveira Martins é aluna do terceiro ano opcional de residência médica em Cirurgia Geral no Hospital Universitário da UFC. Hoje, já realiza intervenções cirúrgicas de médio porte com o apoio dos supervisores. A evolução das habilidades se reflete na postura profissional. “Sinto-me mais confiante. No início, fazemos a observação, participamos de determinadas etapas das cirurgias e, com o tempo e o ganho de desenvoltura, vamos adquirindo autonomia”, comenta.

A coordenadora da residência em cirurgia geral da UFC, Annya Costa Araújo de Macedo Goes, explica que no primeiro ano do programa os alunos realizam procedimentos mais simples, como a retirada de hérnias e, no segundo, participam de cirurgias de médio porte, como histerec-tomias (remoção cirúrgica do útero).

Outra parte importante da formação da residência médica em Cirurgia Geral da UFC é feita no serviço de emergência do Instituto José Frota, por meio de convênio com a rede municipal. Lá os residentes atendem vítimas de traumas. “A cirurgia de emergência tem sempre condições desfavoráveis, como perda de sangue e anatomia mexida. Precisamos estar

preparados para essas situações”, avalia a residente Andréia Martins.

Já o treinamento em serviço em Dermatologia inclui, no primeiro ano, o treinamento em clínica médica, importante para compreender o caráter sistêmico das doenças. Nos segundo e terceiro anos é realizado o treinamento em serviço em dermatologia especificamente. Os alunos participam de atividades no ambulatório geral, na enfermaria especializada em pacientes dermatológicos com psoríase, doenças bolhosas, doenças do colágeno (como lúpus) e hanseníase, entre outras enfermidades.

Também funciona com serviços bastante concorridos pela comunidade o ambulatório de cosmética dermatológica especializada, onde são tratados pacientes com acne e pacientes com melasmas (manchas comuns em mulheres jovens, em geral decorrentes do uso de anticoncepcionais). Todos os itens dos programas dos cursos de residência são estabelecidos pela Comissão Nacional de Residência Médica.

### Opções de cursos no Ceará

O profissional formado em Medicina tem, hoje, no Ceará, opções de residências ofertadas pela UFC, Governo do Estado

do Ceará, Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza e algumas instituições privadas. O número de vagas ofertadas no Estado é pequeno frente à expansão do ensino em nível de graduação, observa o presidente em exercício da Comissão Estadual de Residência Médica, Salustiano de Pinho Pessoa.

Até bem pouco tempo, somente a Universidade Federal do Ceará formava médicos no Estado, em turmas de aproximadamente 75 alunos. Hoje a Universidade Estadual do Ceará também tem turma de graduação, com 40 graduandos. As universidades particulares Unifor e Christus oferecem cerca de 60 vagas cada. A UFC abriu dois novos campi no Interior, em Barbalha e Sobral, cada uma com 40 alunos. A Faculdade de Medicina de Juazeiro, também particular, forma turmas com cerca de 50 alunos.

O presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará, Ivan de Araújo Moura Fé, diz que o aumento da oferta de vagas e cursos de residência médica no Estado está sendo discutido com as instituições formadoras e a Comissão Estadual de Residência Médica. Ele considera que a tendência é a criação de vagas nas instituições privadas de saúde.

O Hospital Universitário Walter Cantídio, da UFC, tem ofertado a cada ano novos programas de residência médica. Em 2007, por exemplo, foram criadas as residências em Mastologia, com duas vagas, e Endocrinologia Pediátrica, com uma vaga. O coordenador geral da residência do Hospital diz que a meta da instituição é ofertar, nos próximos dez anos, cursos para as 55 especialidades médicas.

Depois do Hospital Universitário da UFC, a segunda instituição que mais forma especialistas no Estado é o Hospital Geral de Fortaleza, que integra a rede de assistência do Estado, com 24 programas credenciados e 84 médicos residentes. No Interior são poucas as opções. O Hospital Escola Santo Inácio Hesi de Juazeiro do Norte oferece residência em Cirurgia Geral e Clínica Médica, com cinco e quatro

vagas, respectivamente. A Santa Casa de Misericórdia de Sobral mantém programas em Cirurgia Geral, Clínica Médica, Ginecologia e Obstetrícia e Pediatria, treinando ao todo 12 médicos.

O credenciamento, fiscalização e a definição das normas dos programas de residência médica são tarefas da Comissão Nacional de Residência Médica, que é ligada ao Ministério da Educação (MEC). Formada por dez membros designados pelo MEC, a comissão também é responsável por estabelecer os requisitos necessários às instituições que se candidatam para ofertar os programas de residência médica e ainda assessorar a instalação dos cursos, avaliar os programas, sugerir modificações ou, até mesmo, suspender o credenciamento dos cursos que não estiverem de acordo com as normas e determinações.

Os programas de residência médica são avaliados no máximo a cada cinco anos para renovação dos credenciamentos. A inspeção é feita pela Comissão Estadual de Residência Médica considerando os critérios determinados pela Comissão Nacional. As avaliações contemplam a análise de infra-estrutura, projeto pedagógico, corpo docente e discente, além da contribuição ao desenvolvimento do sistema local de saúde.

Os programas de residência médica que obtêm avaliação de desempenho superior a 50% são reconhecidos por mais cinco anos. Os que estão entre 25% e 50% são submetidos à diligência e reavaliados em até dois anos. Já os programas com desempenho inferior a 25% são descredenciados, estabelece a legislação específica.

## Saúde da família e comunidade como especialidade

O Sistema Único de Saúde é organizado hoje a partir de sua base local, respeitando o princípio da gestão descentralizada e da divisão em níveis de atenção: básica, secundária e terciária, de acordo com a complexidade da assistência prestada. Isso tem aproximado o cidadão do sistema de saúde ao vincular a assistência ao território. É a partir da distribuição espacial das comunidades que têm sido planejadas as ações e intervenções de saúde. Assim, o médico de família das unidades básicas de saúde torna-se um

**A residência em dermatologia é uma das mais concorridas no Estado. Mariana Cruz conseguiu uma das duas vagas disputadas, na última seleção, por 60 candidatos**



agente de assistência e promoção da saúde na comunidade.

Ainda é comum a absorção de profissionais recém-formados pelos serviços de assistência básica. Cada vez mais se firma a tendência da preparação do médico para a atuação no ramo da medicina de família e comunidade, pela necessidade de uma ampla abordagem clínica e principalmente pela compreensão de sua relação com o território, explica o médico do programa de Residência de Família e Comunidade da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza, Mailton Fredson da Silva Lopes.

É nesse contexto que surge em 2006 o programa de residência médica em Medicina de Família e Comunidade oferecido pela Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza. A primeira turma, com 32 profissionais, foi selecionada no ano passado e distribuída nos centros de saúde da cidade. Ao invés de estarem em unidades

hospitalares, os médicos residentes recebem o treinamento nas unidades básicas e no contato com a comunidade.

O médico de família geralmente fica responsável pelo acompanhamento de um determinado número de domicílios separados por área. O contato contínuo entre médico e paciente favorece a formação de vínculos, a promoção de hábitos saudáveis, condições de higiene e a permanência de pacientes em tratamentos para doenças crônicas, como diabetes e hipertensão.

O programa de residência da Secretaria Municipal de Saúde faz parte de um projeto maior, de criação de um sistema municipal de saúde-escola. A UFC é parceira da Prefeitura nesse objetivo, junto com outras instituições de ensino em graduação e pós-graduação.

As instituições de ensino, entre elas a UFC, participam da coordenação do processo de formação de profissionais de saúde

em parceria com a Secretaria Municipal, da vinculação da educação aos serviços de assistência, da adequação curricular baseada nas necessidades em saúde, da certificação dos cursos e do desenvolvimento e socialização de tecnologias de formação.

Outro aspecto da parceria é a interação entre os programas de formação da UFC e da Prefeitura. No Centro de Saúde Anastácio Magalhães, da Regional V, alunos do programa de residência em Medicina de Família e Comunidade da UFC atuam junto a residentes da Prefeitura. As atividades de preceptorria também são compartilhadas entre profissionais das duas instituições, explica o supervisor do programa de Medicina de Família e Comunidade da UFC, Renan Magalhães Montenegro Júnior.

As atividades dos dois cursos foram parcialmente compatibilizadas. O treinamento em serviço é desenvolvido em 80% da carga horária, inclusive em plantões, sendo o restante dedicado a atividades teóricas, como seminários e sessões de discussão de casos clínicos. Todo o treinamento aborda aspectos médicos, sociais, econômicos, comportamentais, ambientais, históricos e culturais em que está envolvido o indivíduo.

O secretário municipal de saúde de Fortaleza, Luiz Odorico Monteiro de Andrade, explica que a proposta pedagógica da residência em Medicina de Família da Prefeitura não considera apenas a formação técnica dos profissionais para trabalhar na atenção primária. “O preceptor vai à Unidade de Saúde da Família e ali ajuda o residente a refletir sobre suas práticas”. Esse modelo pretende estimular a prática reflexiva por meio de questionamentos levantados no dia-a-dia de trabalho e favorece a formação continuada na perspectiva de transformação da prática profissional. A concepção do modelo foi inspirada nos ensinamentos do educador Paulo Freire.

O secretário diz que a centralização de todo o processo educativo dos profissionais de saúde no cenário hospitalar é uma das consequências do modelo de saúde



**Parte da formação dos residentes, em Cirurgia Geral, é feita no Instituto Dr. José Frota (IJF), numa parceria com a Prefeitura Municipal de Fortaleza**

**O diretor da Faculdade de Medicina da UFC, Henry Campos: residência amplia conhecimentos e aprofunda habilidades dos médicos**

baseado na atenção individual e nas ações curativas. “Nesse modelo, os estudantes vão aos grandes hospitais para serem formados pelos mestres. O modelo que chamo de tenda invertida, e que se aplica ao Programa de Residência da Prefeitura, pressupõe a ida do mestre à tenda do aprendiz. Com isso pretendemos formar trabalhadores capazes de responder aos problemas reais da comunidade”, explica Luiz Odorico Monteiro de Andrade.

Nesse modelo de aprendizagem, os preceptores assumem uma importância fundamental. Eles foram caracterizados em dois tipos: o preceptor de território e o preceptor clínico. Os preceptores clínicos dão apoio na formação do residente por meio de equipes com profissionais de diversas especialidades: Medicina de Famí-



lia, Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia e Clínica Médica.

Já os preceptores de território acompanham o médico residente no contato com a comunidade. É um trabalho de natureza pedagógica na gestão em saúde, que inclui o reconhecimento da comunidade, a análise da situação de saúde em aspectos epidemiológicos, a identificação das práticas de medicina popular e a definição de estratégias específicas de intervenção.

A rotina do médico residente Mailton Fredson da Silva Lopes alterna-se entre o atendimento ambulatorial no Centro de Saúde Floresta, na regional I, e as visitas domiciliares na comunidade do bairro Álvaro Weyne. Ele conta que na consulta depara-se com as primeiras queixas e sinais clínicos do paciente. Na visita domiciliar, percebe as condições sócio-ambientais

**O médico residente Mailton Lopes atende pacientes no posto de saúde e também realiza visitas domiciliares**

que podem interferir sobre a saúde. “O resultado é a maior compreensão dos problemas daquele indivíduo”, completa.

O caso de Edileuza de Souza, 76 anos, é exemplo de situação onde a consulta clínica se caracteriza como o primeiro passo da formação de um vínculo entre médico e paciente. Ela chegou ao consultório médico queixando-se de dores nas pernas. Atribuía o incômodo à osteoporose. Mas na conversa sobre a rotina de dona Edileuza, o médico Mailton Lopes, acompanhado de seu preceptor, avalia que seu principal problema de saúde é o aumento das taxas de colesterol. O problema requer cuidados imediatos.

“A paciente chegou aqui com uma queixa específica e queria uma requisição para exame especializado. Mas são os exames clínicos, a conversa sobre o dia-a-dia da pessoa que revelam o estado geral de saúde”, explica o médico residente. Na saída do consultório médico, Edileuza de Souza não levou apenas o encaminhamento para exames laboratoriais, mas principalmente o compromisso de voltar para realizar um acompanhamento contínuo de sua saúde. ☺



# Depois do doutorado

O número de doutores formados pelos programas de pós-graduação cresce a cada ano no Brasil. As universidades públicas e privadas ainda são as que mais aproveitam essa mão-de-obra altamente qualificada, mas há perspectivas de aumento de vagas no mercado empresarial. Alguns programas governamentais dão apoio aos recém-doutores ainda não estabelecidos



**Hélio Costa, depois de 13 anos de estudos e intercâmbios no exterior, aguarda a realização de concurso, dando continuidade à sua pesquisa no Laboratório de Bionergética da UFC**

O interesse de Hélio Costa por pesquisa na área de Biologia Molecular surgiu na graduação em Farmácia, na Universidade Federal do Ceará, em 1994 quando participou de um projeto de iniciação científica no Laboratório de Bioenergética, no Departamento de Bioquímica. Ali foram dados os primeiros passos em seus estudos sobre a enzima mitocondrial oxidase alternativa. O assunto se tornou, posteriormente, objeto de mestrado e doutorado, também UFC. Treze anos debruçados sobre o tema levaram Costa ao diálogo com grandes centros de pesquisa no exterior. Ele investiga, no genoma do feijão de corda, a atuação dessa enzima na prevenção de radicais livres em condições de estresse.

Após a conclusão do doutorado em 2002, o melhor caminho para dar continuidade a suas pesquisas é o ingresso na Universidade. Mas, como as vagas abertas por meio de concurso público são limitadas e muito disputadas, é preciso ter persistência. Enquanto aguarda a oportunidade, Hélio Costa já fez intercâmbio de pós-doutorado com a Universidade Nacional de Rosário, na Argentina, e continua seu trabalho no Laboratório de Bioenergética da UFC, com financiamento específico para a complementação da formação de recém-doutores da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Cresce o número de doutores formados a cada ano. Em 2006, foram 10 mil, de acordo com dados da Capes. O número é bastante significativo se comparado aos de 1987, quando foram titulados 868 doutores. No entanto, ainda há carência de profissionais com essa formação, afirma o presidente da Capes, Jorge Guimarães. Apenas 20% dos docentes em universidades públicas e não-públicas têm doutorado. E os doutores estão concentrados nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste, exatamente nessa ordem.

Com a política de expansão do ensino superior, a academia se estabelece como principal nicho de mercado de trabalho

para doutores. Números do Ministério da Educação indicam a oferta de oito mil vagas para professores somente nas universidades públicas federais desde 2004. As instituições públicas de ensino concentram os profissionais com doutorado, principalmente por investirem mais em pesquisas. “Os investimentos do setor privado não chegam a 20%”, diz Jorge Guimarães.

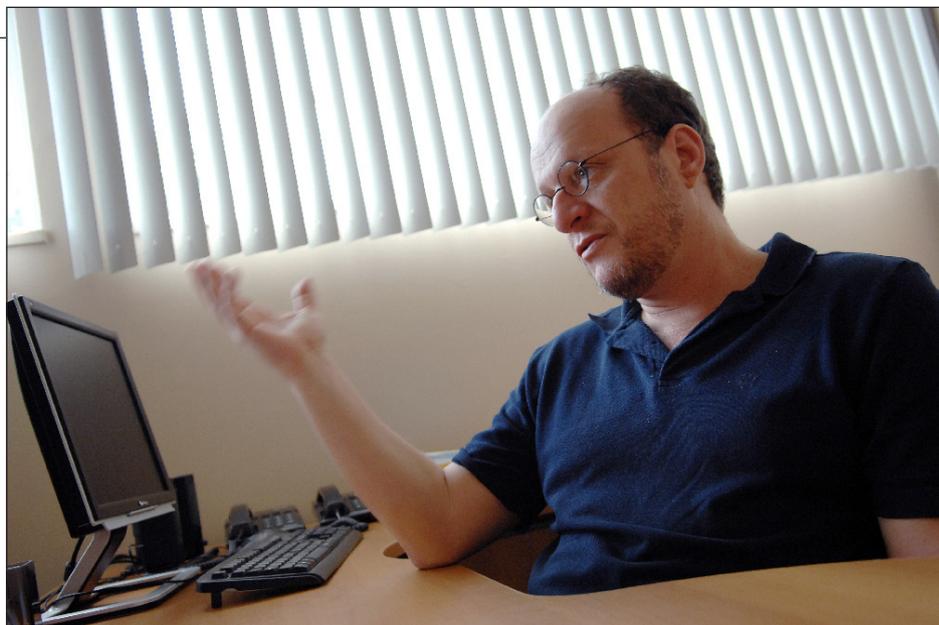
Na UFC, dos 1.799 professores, 845 têm doutorado. O título tem sido exigido nos últimos concursos para professores efetivos. A admissão de mestres e graduados só é permitida quando não há candidatos com doutorado para a vaga.

Há perspectivas também de aumento no número de doutores nas instituições não-públicas, principalmente no caso da aprovação do projeto de lei de reforma do ensino superior, em tramitação no Congresso Nacional, que obrigará as universidades a terem pelo menos três cursos de mestrado e um de doutorado, diz Jorge Guimarães.

Os doutores recém-formados que têm interesse em dar continuidade a suas pesquisas e ainda não foram absorvidos por instituições públicas ou privadas contam hoje com o acesso a bolsas específicas para a complementação da formação.

A Capes dispõe do Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores (Prodoc). A instituição ofertará agora nova rodada de 500 bolsas para essa modalidade. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) tem também várias modalidades de bolsas para doutores formados. Entre as oportunidades, destacam-se a bolsa de pós-doutorado júnior, para aqueles com menos de sete anos de formados, e a bolsa de Desenvolvimento Científico Regional (DCR), que pretende estimular a fixação de doutores em instituições de ensino superior e pesquisa em áreas que necessitem de desenvolvimento científico e tecnológico, como Norte, Nordeste e Centro-Oeste (exceto Brasília). No Ceará, as bolsas DCR são administradas pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap).

O recém anunciado Plano de Desenvolvimento da Educação inclui também a expansão da oferta de bolsas de pós-dou-



torado. “É para que os doutores formados nas nossas universidades não deixem o País”, justificou o ministro da Educação, Fernando Haddad, no programa de rádio Café com o Presidente, da Radiobrás. Ainda não foram divulgadas informações mais específicas sobre o Plano. A estratégia ficará a cargo da Capes.

Na UFC, a distribuição de bolsas de pós-doutorado é, até agora, feita a partir dos pedidos dos interessados e das coordenações de pós-graduação. A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação estima que haja cerca de 30 profissionais contribuindo com a instituição dessa forma. O pró-reitor Odorico de Moraes diz que uma resolução está sendo preparada para mudar essa prática e instituir o estágio de doutor. Os critérios para a mudança ainda serão discutidos pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (Cepe). A intenção é submeter os projetos de pesquisa à avaliação do colegiado da coordenação do curso de pós-graduação e fornecer, ao fim do estágio, um certificado.

### Diferenças por áreas

O mercado de trabalho para doutores varia conforme a área de conhecimento. A coordenadora do curso de pós-graduação em Sociologia da UFC, Rejane Vasconcelos de Carvalho, diz que os alunos de seu programa são, em geral, mais interessados na carreira acadêmica. Mesmo os doutorandos de outras áreas - arquitetos,

**José Soares de Andrade, coordenador da Pós-Graduação em Física da UFC: iniciativa privada ainda absorve poucos físicos no Brasil**

enfermeiros ou agrônomos, por exemplo, que podem atuar na prestação de serviços - quando cursam o doutorado é porque fizeram a opção de investir na vida acadêmica. “É cada vez mais comum que, mesmo antes de completar o ciclo da pós-graduação, eles já estejam ensinando em universidades. Principalmente agora, com a multiplicação de instituições privadas”, conta a coordenadora.

O desejo de seguir a carreira acadêmica surgiu para o antropólogo Alexandre Fleming Câmara Vale já na graduação cursada na UFC, quando participou de projetos de extensão e iniciação científica. Seguiu com a sua formação acadêmica, concluindo mestrado e doutorado dedicados ao estudo dos temas sexualidade e gênero. Já era professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú quando realizou doutorado-sanduíche e passou um período na França, no Laboratório de Antropologia Social do Collège de France, em 2000. Como recebeu a liberação do trabalho para se dedicar à pesquisa, trabalhou por mais dois anos no ensino para a graduação.

Foi com uma bolsa do Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores, da Capes, que Alexandre Fleming voltou à UFC no ano passado para desenvolver



**Ciclo fechado: o físico André Moreira é professor da UFC desde fevereiro último. A formação incluiu temporadas no exterior, trabalho em Laboratório, nos Estados Unidos, e atuação como professor visitante**

atividades de ensino e pesquisa no Núcleo de Estudos sobre Corpo, Sexualidade e Gênero. Essa condição de pesquisador sem vínculo empregatício durou apenas nove meses. Foi admitido como professor adjunto em Antropologia por meio de concurso público. A pesquisa continuou e um de seus produtos, a coletânea de textos “Estilísticas da sexualidade”, será lançada em abril.

Quando se trata da área de tecnologia, a colocação dos doutores no mercado de trabalho assume outra dinâmica. Com poucos investimentos em pesquisa, o setor privado atrai os profissionais qualificados e especializados dos centros de formação com boas ofertas salariais. Nesse contexto, os títulos de mestre e doutor são convertidos em gratificações.

O engenheiro elétrico Walter da Cruz Freitas Júnior concluiu o mestrado na UFC, em 2002, no programa de pós-graduação em Engenharia de Teleinformática. Realizou pesquisas na área de sistemas de transmissão para celulares. Logo em seguida, iniciou o doutorado. Os estudos foram interrompidos em 2005, quando ele aceitou uma proposta de emprego num instituto de tecnologia para telefonia móvel.

A experiência durou um ano e meio. O engenheiro voltou em busca da possibilidade de investigação científica e concluiu o doutorado no ano passado. “Foi bom ter ido porque eu só tinha a vivência acadêmica. Na empresa, a escala de tempo é diferente, é outro ritmo de produção. Eles também pagam melhor. Mas lá

não temos liberdade de pesquisa”, explica. Atualmente Freitas Júnior trabalha no Departamento de Engenharia em Teleinformática como pesquisador associado e aguarda a realização de concursos públicos com esperança.

Há tendência de que as empresas passem a contratar mais doutores, principalmente com os estímulos governamentais para a inovação tecnológica, afirma o coordenador do curso de pós-graduação em Engenharia de Telecomunicações da UFC, Francisco Rodrigo Porto Cavalcanti, que conduz grupo de pesquisa sobre telecomunicações sem fio. O professor observa a necessidade de mudança na cultura empresarial, que ainda vê o doutor vinculado somente à academia.

O coordenador da pós-graduação em Física da UFC, José Soares de Andrade Júnior, conta que a absorção de físicos pela iniciativa privada ainda é difícil no Brasil. Usa como contraponto o mercado de trabalho em outros países, onde há físicos

trabalhando no mercado financeiro, na indústria, nos institutos estatísticos e em tantas outras áreas. “O profissional físico tem inúmeras potencialidades, principalmente um apurado senso matemático e estatístico”, ressalta..

O professor do Departamento de Física da UFC, André Auto Moreira, por exemplo, dedica-se ao estudo de sistemas complexos. Trata-se de um método abstrato de análise aplicado com a finalidade de identificar modelos que podem ser utilizados na descrição de fenômenos. O processo de análise pode ser aplicado a várias áreas do conhecimento, da Biologia à Sociologia.

Durante o doutorado realizado na UFC, André Moreira passou três temporadas no exterior, cooperando institutos internacionais. Logo que concluiu o curso, em 2002, aceitou a proposta de trabalho como pesquisador num laboratório de simulação computacional nos Estados Unidos. Lá empregava seus conhecimentos de análise de sistemas complexos na compreensão de diversos fenômenos, entre eles aspectos do mercado financeiro.

Moreira voltou para o Brasil e para a UFC, onde realizou toda sua formação, em 2004. Ficou a princípio como professor visitante. Posteriormente teve bolsa para recém-doutores (Prodoc), com financiamento da Capes. Dessa forma deu continuidade a suas pesquisas até ser admitido, em fevereiro deste ano, por meio de concurso público, como professor adjunto do Departamento de Física da UFC. “É o fechamento de um ciclo de investimento público na formação de um profissional”, avalia Soares Júnior. ☐

**Entre a academia e o mercado. O engenheiro elétrico, Walter Lima, optou pela liberdade de pesquisa na universidade. Ele é pesquisador associado do Departamento de Engenharia de Teleinformática da UFC**





## Promovendo Educação para o Exercício da Cidadania.

O Centro de Treinamento e Desenvolvimento atua na capacitação de recursos humanos, incentivando o ensino, a pesquisa e a extensão universitários.

Capacitando lideranças comunitárias, desenvolvendo apoio técnico para o crescimento do País, administrando projetos de pesquisa junto a instituições públicas e privadas; executando serviços técnicos de recrutamento, seleção e treinamento de pessoal; promovendo a especialização e o aperfeiçoamento de jovens e adultos trabalhadores, capacitando-os para o mercado de trabalho, o CETREDE atua em sintonia com as ações da Universidade Federal do Ceará.



**Torne a sua  
empresa tão  
atrativa quanto  
os juros e prazos  
do Banco do  
Nordeste.**

**Banco do Nordeste.  
O melhor parceiro para  
o seu negócio.**

O Banco do Nordeste conhece como ninguém a realidade e as necessidades das micro e pequenas empresas. Por isso oferece linhas de crédito para capital de giro e investimento com juros mais baixos e prazos mais longos. Para atender às microempresas com a agilidade que elas necessitam, o Banco aprimorou e simplificou ainda mais seus processos de financiamento. Crédito para MPEs do Banco do Nordeste: não tem parceiro melhor para a sua empresa.

**Banco do  
Nordeste**



**0800 78 3030**  
**clienteconsulta@bnb.gov.br**  
**www.bnb.gov.br**